

# PLANO DE GESTÃO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL

## SÍNTESE EXECUTIVA



Co-financiamento



## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

**PLANO DE GESTÃO**

**CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL**

**SÍNTESE EXECUTIVA**

ISBN: 978-989-96862-0-5

DEPÓSITO LEGAL N.º 3778/2010

### EDITOR

**CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO**

**PORTO VIVO, SRU**

### COORDENAÇÃO

**PORTO VIVO, SRU**

Rui Ramos Loza

Margarida Guimarães

**CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO**

António Moura

### EQUIPA TÉCNICA

**PORTO VIVO, SRU**

Ana Leite Pereira

Giulia La Face

Beatriz Lopes

**CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO**

Alzira Torres

António Leitão da Silva

Luís Manuel Pais Rodrigues

Fernando Pau Preto

Orquídea do Céu Ferreira Félix

Georgina Ferreira

Catarina Novo

Luís Mamede

Teresa Teles

Ana Silva

Maria de Lourdes Lopes

Manuel de Encarnação Correia

### CONSULTORIA

**INPUBLIC** (Coordenação e Estratégia)

**OPIUM, LDA** (Estudo de Diagnóstico)

Carlos Martins

Joana Fernandes

Ana Bragança

Ana Oliveira

Liliana Pinto

Margarida Azevedo

### DESIGN GRÁFICO

Paulo Magalhães

### REPRODUÇÃO E ACABAMENTO

Media Products

### CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

João Ferrand

Alexandre Soares

### DATA

Junho 2010

### CO-FINANCIAMENTO



Todos os dados aqui apresentados referem-se ao ano 2008.

# ÍNDICE

---

|  |    |
|--|----|
| <i>Mensagem do Presidente da Câmara Municipal do Porto</i> | 1  |
| Introdução . . . . .                                       | 2  |
| Processo Metodológico . . . . .                            | 5  |
| Princípios. . . . .  | 5  |
| Metodologia de desenvolvimento do plano . . . . .          | 6  |
| O Objecto. . . . .   | 8  |
| Organização . . . . .                                      | 12 |
| Mecanismos de Protecção . . . . .                          | 13 |
| Oportunidades e Desafios . . . . .                         | 21 |
| Enquadramento Estratégico . . . . .                        | 28 |
| Objectivos Estratégicos . . . . .                          | 32 |
| Eixos Estratégicos . . . . .                               | 33 |
| Eixo I. Protecção, Preservação, restauro e valorização     | 33 |
| Eixo II. Envolvimento da População . . . . .               | 36 |
| Eixo III. Turismo . . . . .                                | 37 |
| Eixo IV. Indústrias Criativas . . . . .                    | 40 |
| Eixo V. Rio Douro . . . . .                                | 42 |
| Monitorização . . . . .                                    | 52 |
| Indicadores . . . . .                                      | 55 |
| Gestão e Implementação . . . . .                           | 56 |



## PORTO HISTÓRICO

### - Património de todos

A classificação do Centro Histórico do Porto como Património da Humanidade exige aos líderes autárquicos da cidade uma particular responsabilidade no que concerne à gestão deste mesmo espaço, e bem assim ao desenvolvimento e projecção do seu potencial.

É por isso que os dirigentes políticos sobre quem recai, em primeira instância, a obrigação da defesa do interesse público, do desenvolvimento nacional e do bem estar das populações não podem perder de vista o legado que as gerações passadas nos deixaram, nem minimizar o seu papel sobre a herança que as actuais gerações transmitirão aos nossos vindouros. Só assim que a história de um povo vai fazendo o seu percurso, assinalando aqui e ali o que, por acção ou omissão, cada qual imprime no trilho da sua passagem.

Desde o primeiro mandato à frente dos destinos da autarquia impusemo-nos, como primeira prioridade, reabilitar a Baixa do Porto. Tarefa verdadeiramente gigantesca, se tivermos em conta que a cidade tinha os seus principais espaços públicos num verdadeiro caos de obras inacabadas, e assustadoras crateras de outros projectos iniciados e imediatamente congelados, de que era particular e escandaloso exemplo o túnel de Ceuta, entre outros.

O Centro Histórico, como parte integrante da Baixa e do Porto Antigo, era profundamente afectado nomeadamente pela imagem de desleixo que a situação caótica da cidade transmitia a residente e visitantes. Paralelamente, e não de somenos importância, à desordem do espaço público acrescia a dificuldade de circulação automóvel e de mobilidade dos cidadãos. Impunha-se, pois, tomar medidas que abrissem caminho a um novo rumo.

A definição de um projecto e respectivos instrumentos que permitissem soluções globais para a reabilitação do espaço público e do património imobiliário degradado deu origem à criação da “Porto Vivo, SRU”, empresa a quem foi confiada aquela missão. É pois neste contexto que deve ser visto o Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto, aqui apresentado. Ele visa, para além da satisfação de todas as demais exigências regulamentares, incorporar uma visão global integradora do espaço territorial que o compõe, e de todo o seu anel envolvente.

Estando em causa a preservação de um legado que é parte nuclear da nossa história comum, é nosso dever, enquanto decisores e responsáveis pela gestão da coisa pública, assumir com empenho estes desafios, e enfrentar os obstáculos com determinação, vontade e indiscutível dedicação.

Porto, Junho de 2010

Rui Rio

Presidente da Câmara Municipal do Porto



## INTRODUÇÃO

### A necessidade de um Plano de Gestão

O património cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada país mas de toda a humanidade. A perda por degradação ou desaparecimento de quaisquer desses bens constitui um empobrecimento do património de todos os povos do mundo.

Certos elementos do referido património por possuírem “um valor universal excepcional”, merecem ser especialmente protegidos contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam.

Atentos a essa necessidade, os Estados-membros da UNESCO (The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) adoptaram, a 16 de Novembro de 1972, a *Convenção do Património Mundial, sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, com vista a garantir a adequada identificação, protecção, conservação e valorização do Património Mundial.

Cada Estado signatário desta convenção, compromete-se a assegurar a conservação dos bens localizados no seu território e a proteger o seu património cultural e natural.

Portugal depositou o instrumento de ratificação da Convenção em 1980.

Em 1979 foram feitas as primeiras inscrições de bens na *Lista do Património Mundial*.

A 5 de Dezembro de 1996, na cidade de Mérida, no México, a UNESCO tomou a decisão de incluir o Centro Histórico do Porto na Lista do Património Mundial, integrando-o na rota dos grandes valores culturais da Humanidade. Assim, passou a centrar atenções de instâncias nacionais e internacionais, nomeadamente, no plano nacional, do IPPAR, agora IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) e, no plano internacional, do ICOMOS (Instituto para a Conservação de Monumentos e Sítios).

Reconhecido o papel fundamental de uma gestão activa dos Sítios classificados como Património Mundial, a UNESCO procedeu à revisão do seu programa e, em 2002, à publicação do *Guia Operacional para a implementação da Convenção do Património Mundial*, o qual recomenda um Plano de Gestão que assegure uma intervenção guiada para todos os intervenientes e agentes que actuam nestes espaços.



Cada Bem inscrito deve, assim, ter um adequado Plano de Gestão que deverá especificar a forma como deve ser preservado o Bem, tendo como principal finalidade assegurar a protecção eficaz em benefício das gerações actuais e futuras.

O IGESPAR, reconhecendo a importância da elaboração do Plano de Gestão, argumenta:

*“No domínio concreto dos centros históricos (...) é necessário reforçar o acompanhamento de proximidade, no sentido de inventariar e diagnosticar os bens arquitectónicos e patrimoniais existentes e promover as medidas de recuperação de carácter preventivo mais adequadas e apostar numa planificação que atente à recuperação e conservação desses conjuntos. (...) Julga-se importante dar sequência à inventariação e planos de salvaguarda e valorização dos bens patrimoniais que, de forma mais concreta, integram já os instrumentos de planeamento e organização do território nacional, regional, sub-regional e local.”*

Deste modo, a elaboração de um Plano de Gestão para o Centro Histórico do Porto Património Mundial, para além de constituir um imperativo de salvaguarda sustentável da herança patrimonial, apresenta-se como um espaço de reflexão partilhada sobre o importante contributo deste recurso para a valorização da dinâmica local, metropolitana, regional, nacional e internacional.

De facto, o processo de degradação e desvitalização que o Sítio sofreu, tem vindo a inibir o aproveitamento de todo o potencial de dinamização cultural, urbanística, social e económica que o Centro Histórico



Imagem 2 - Praça da Batalha © João Ferrand

do Porto encerra.

### O contributo do Plano de Gestão

O processo de preparação, discussão e publicitação inerente à elaboração deste documento visa constituir-se como um contributo para a prossecução daquele objectivo, procurando também alargar a consciencialização do papel do património enquanto elemento estruturante de desenvolvimento dos territórios.

Os centros históricos são realidades urbanas vivas e não a mera justaposição de vários factores ou simples produtos turísticos. A recuperação funcional dos centros históricos deverá tentar encontrar respostas num equilíbrio entre os valores históricos, urbanísticos e funcionais do passado, as necessidades do nosso tempo e as exigências do futuro. É, por isso, urgente assumir novas posturas ao nível das políticas urbanas, mais concretamente, a crescente importância que estas dedicam ao planeamento urbano, ao marketing dos lugares e à promoção da actividade turística.

Estamos convictos que o Centro Histórico do Porto necessita de transformar-se e detém em si próprio a oportunidade de o fazer.

Importa reabilitá-lo e revitalizá-lo, afirmando-o como um espaço territorial regenerável e embrionário de uma transformação de que a cidade e a região estão carentes e expectantes, pois encerra em si um recurso importante cujo potencial é garantia dessa mesma mudança.

O património deve ser salvaguardado, conservado, preservado e os bens culturais devem ser geridos através do recurso a modelos de desenvolvimento sustentado, os quais visam uma relação integrada entre o homem e o ambiente.

De facto, o património cultural é (ou deve ser) cada vez mais reconhecido como um factor de:

- Valorização turística e atracção no âmbito nacional e internacional;
- Qualificação das populações;
- Coesão e inclusão sociais, de solidariedade e reabilitação sociais;
- Competitividade e inovação;
- Crescimento económico.

O Plano de Gestão apresentado visa dar resposta a este desafio.



Imagem 3 - Praça Infante Dom Henrique © Alexandre Soares

A sua elaboração procura dotar o Bem classificado de uma nova ferramenta de planeamento, gestão e comunicação, capaz de permitir um melhor desenvolvimento das acções de preservação e valorização e, assim, a sua salvaguarda e vitalidade a longo prazo.

### Os destinatários do Plano de Gestão

Com o desenvolvimento do Plano de Gestão pretende-se satisfazer vários níveis de destinatários:

- Os **residentes, visitantes, trabalhadores e investidores** do Centro Histórico do Porto;
- O **Município do Porto**, entidade local com responsabilidade pela preservação da maior extensão do Sítio e primeiro interessado na sua salvaguarda e valorização;
- O **Estado Português**, signatário dessa convenção, entidade responsável pela



Gestão do Bem classificado;

- A **UNESCO**, destinatária final do Plano de Gestão que incorpora os conceitos e a doutrina desenvolvida pela sua Convenção do Património Mundial (2002).

Em resumo, pretende-se com a implementação deste Plano de Gestão, contribuir para uma melhoria das condições de salvaguarda e valorização do Centro Histórico do Porto Património Mundial, de forma a garantir a sua preservação e fruição com respeito pela sua identidade específica, através do envolvimento e mobilização activa e voluntária de todos os agentes que nele actuam.

## PROCESSO METODOLÓGICO



Imagem 4 - Wine Shop © Alexandre Soares

### Princípios

A implementação de um projecto desta natureza, num espaço com a complexidade e dimensão do Centro Histórico do Porto, requera a aplicação de **uma metodologia rigorosa mas flexível**, promovendo um trabalho onde predomine um enorme domínio de **conhecimento concreto sobre o terreno**, articulado com a **compreensão doutrinária das cartas e convenções internacionais**, bem como apoiado nas **experiências de gestão de outros centros históricos, a nível nacional e internacional**.

Por se tratar de um permanente **compromisso entre cidade viva e Bem classificado** e por não haver, neste campo, dois fenómenos iguais, pretende-se que este Plano de Gestão seja **inovador** na resolução de problemas concretos e na tomada de decisões estratégicas.

O Plano de Gestão, no seu sentido mais lato, implica todo um processo de planeamento que inclui a elaboração de um documento de **estratégia** para toda a área classificada, definição de um **modelo de gestão** e de um sistema de **monitorização e avaliação** das transformações, em articulação com outras entidades que tenham a possibilidade e missão de convergir para os mesmos objectivos.

Para isso, o Centro Histórico do Porto foi objecto de um **diagnóstico do estado** de valor e preservação do seu edificado e do espaço público, bem como do reajustamento funcional que se opera como resultado das transformações económicas, sociais

e culturais que incidem sobre este território.

Entende-se que um plano com esta ambição não pode ter a rigidez de uma figura tradicional de plano de salvaguarda ou de plano de pormenor. Acima de tudo, deverá ser constituído por um **programa de soluções** que permitam a mobilização do valor potencial do Sítio, sem carácter impositivo.

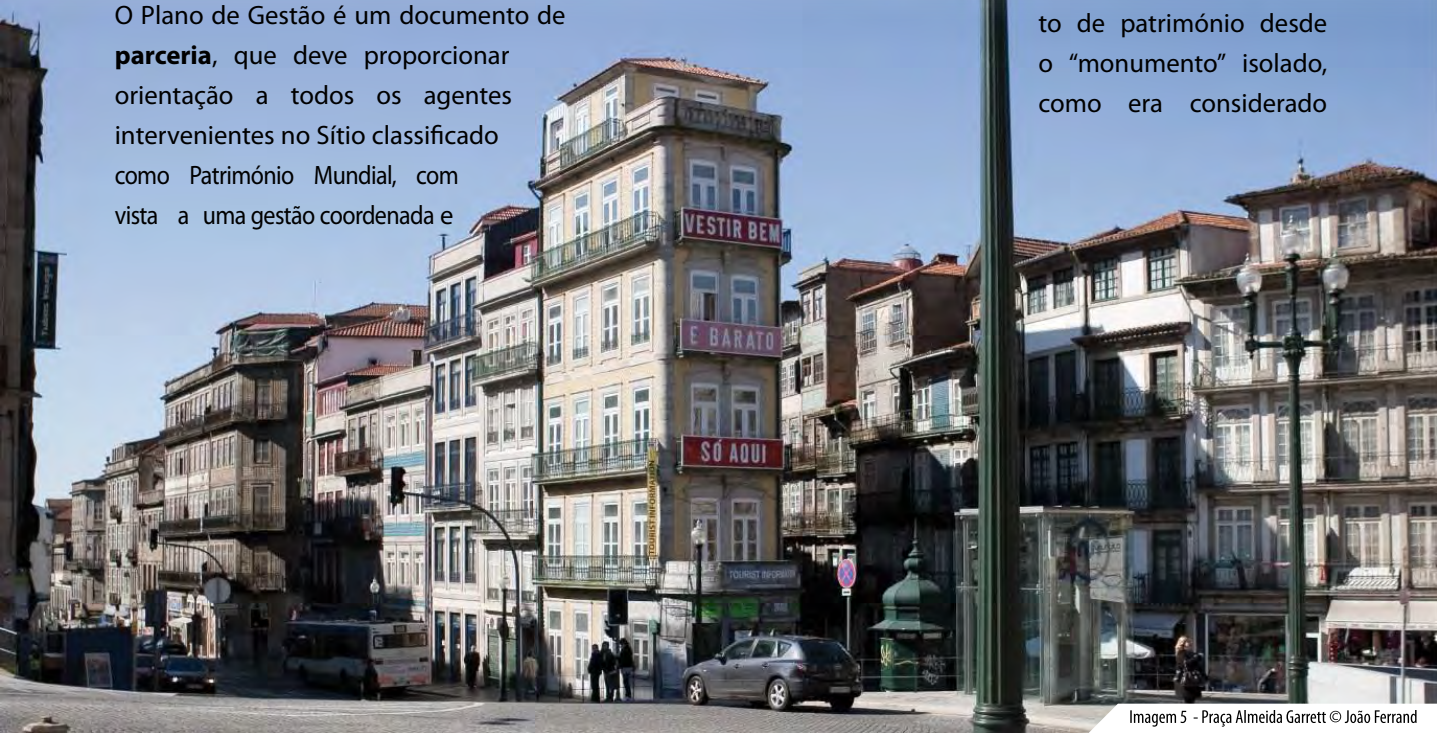
Pretendeu-se elaborar um documento estratégico de gestão para toda a área classificada, com uma abordagem **interdisciplinar**, e que dote o Bem classificado de um ferramenta de planeamento capaz de permitir o melhor desenvolvimento possível das acções de preservação e valorização do Centro Histórico, e assim, a sua salvaguarda e vitalidade a longo prazo.

O Plano de Gestão é um documento de **parceria**, que deve proporcionar orientação a todos os agentes intervenientes no Sítio classificado como Património Mundial, com vista a uma gestão coordenada e

integrada deste espaço.

## Metodologia de desenvolvimento do plano

A reabilitação dos Centros Históricos degradados tem sido objecto de políticas nacionais e de iniciativas autárquicas, contando, muitas vezes, com o incentivo de cartas e convenções internacionais, impulsionadoras de um movimento que tem levado ao alargamento do conceito de património desde o “monumento” isolado, como era considerado



nos anos 40 e 50, até conceitos muito mais abrangentes como os de “sítio habitado e vivo” como é o caso.

No entanto, e apesar dos esforços realizados pelas autarquias, há ainda um enorme atraso na reabilitação dos centros degradados das grandes cidades históricas como o Porto, onde a extensão e a complexidade do fenómeno urbano exige a implicação de recursos e ferramentas poderosas.

Experiências de planeamento de matriz urbanística e regulamentar podem revelar-se aplicáveis na salvaguarda de bens patrimoniais mais ou menos musealizados ou monumentalizados, mas em centro histórico vivo importa experimentar ferramentas de planeamento mais ajustadas à gestão das dinâmicas de transformação que sempre ocorrem com maior ou menor intensidade.

A reabilitação urbana do Centro Histórico do Porto, para além de constituir um imperativo de salvaguarda da herança urbana nacional e mundial, constitui um importante contributo para a valorização da dinâmica metropolitana, porquanto o processo de degradação e desvitalização do Sítio o transformou numa área crítica, carecendo de recuperação e reconversão urbanística. Por isso, o Plano de Gestão terá de responder a preocupações essencialmente relacionadas com a sustentabilidade do Sítio urbano patrimonial, mais do que com a salvaguarda estrita do edificado.

A revitalização, com a inversão da espiral de decadência e a indução de processos de atracção

de novas populações e actividades, tenderá a disponibilizar um valor urbano de elevado potencial que esteve “congelado”, inactivo e mesmo pernicioso para o metabolismo global da cidade e da região.

A experiência de planeamento no Porto e o novo modelo de gestão que se pretende instalar será, certamente, objecto de atenção e intercâmbio de outros sítios envolvidos pelo mesmo tipo de condicionantes.

Trata-se, assim, de uma figura de planeamento que não é, nem pode ser, decalcada de outra análoga, ou anterior, ou importada, já que cada sítio tem as suas circunstâncias objectivas e subjectivas próprias. Sem desprezo pelas experiências anteriores ou alheias, neste Plano de Gestão são investidas, sobretudo, imaginação e investigação capazes de produzir uma ferramenta actual, concordante com o pensamento universal mais recente e com as circunstâncias reais presentes.

Este plano, e a sua implementação, ultrapassam a mera elaboração técnica, para se traduzirem num acto de cidadania capaz de unir a administração e os interessados directos numa estratégia única, coerente e sustentável, capaz de mobilizar os agentes locais, nacionais e internacionais numa aposta de desenvolvimento material e cultural com uma escala sem precedentes.





Imagem 6 - Catedral do Porto © Alexandre Soares

Esta ambição colocou o enorme desafio de, em pouco tempo, realizar uma síntese entre análise e proposta, capaz de resistir à erosão das transformações permanentes que atravessam o Porto.

A elaboração de um Plano de Gestão de um Centro Histórico com a dimensão do Porto, com o grau de protecção de Património Mundial, Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público, não tem precedentes a nível nacional e

tem ainda poucos exemplos em outros países, com a relevante diferença de enquadramento institucional e cultural. Assim, a sua elaboração revestiu-se de um carácter algo experimental, mesmo inovador, face aos desafios que se colocam quando estão presentes, no mesmo tabuleiro, os interesses da preservação patrimonial e do desenvolvimento de novas actividades.

Trata-se de um plano fundamental para ajudar a solucionar e prevenir conflitos, sobretudo entre os programas pretendidos pelos proprietários, promotores e arquitectos e a capacidade de cada edifício para se adaptar a esses programas.

Como é óbvio, num Sítio que é Património Mundial, não será viável em todos os edifícios (ou conjuntos) inserir livremente novos programas. Caberá ao Plano de Gestão a elaboração de um cenário de transformações que permita explorar plenamente as capacidades e o potencial de cada edifício e de cada conjunto, sem que essa nova ocupação constitua a delapidação do valor patrimonial dos mesmos. Isto exigirá um conhecimento detalhado do edificado e uma capacidade acurada de avaliação dos programas pretendidos pelos promotores de transformações. A aquisição e montagem dessa competência constituirá um importante passo a dar, no âmbito dos procedimentos de implementação do Plano de Gestão.

## O Objecto

O Centro Histórico do Porto, Património Mundial, inscreve-se totalmente na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) da Baixa Portuense.

Depois de vários processos de delimitação que vêm dos anos 80 e 90 do século XX, o Governo aprovou como ACRRU do Porto a área correspondente às quatro freguesias do Centro Histórico e às quatro freguesias imediatamente adjacentes.

Assim, todo o território abrangido pelo Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial é reconhecido pelo governo português como sendo parte de uma área que concentra diversos valores urbanísticos e socioeconómicos, que implicam medidas e procedimentos de excepção.

Foi na base dessa classificação governamental que o município do Porto usou, em 2004, as prerrogativas previstas no Decreto-Lei nº 104/2004, de 27 de Novembro, para criar a Sociedade de Reabilitação Urbana, Porto Vivo.

A equipa de gestão responsável pela elaboração e implementação do plano e pela sua monitorização deverá inscrever o seu trabalho na estratégia já definida pela Porto Vivo, SRU para a reabilitação da Baixa Portuense e no processo já em curso que visa fazer coincidir o objecto de intervenção da Gestão de Área Urbana com a Área Património Mundial, objecto deste plano.

Como no Bem incluído na Lista da UNESCO se integra também a totalidade da Ponte D. Luís I e o Mosteiro da Serra do Pilar, o Município de Vila Nova de Gaia é parte directamente interessada no presente processo.

No território do Património Mundial que se situa nesse município serão os respectivos órgãos e serviços autárquicos que conduzirão o processo de operação urbanística de gestão e salvaguarda do Bem, entendendo-se ser vantajosa a articulação técnica entre as duas margens na definição de linhas de estratégia.

O plano apresentado enquadra-se nas figuras de planeamento aprovadas em vigor e nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente no PDM (Plano Director Municipal) do Porto, no “Masterplan” da Porto Vivo, SRU para a Baixa Portuense e no SIM-Porto (Sistema Multicritério de Informação da Cidade do Porto).

Cabe aqui referir que, sendo este Plano de Gestão uma ferramenta para a salvaguarda e valorização do Centro Histórico do Porto, não deve alicerçar-se sobre dispositivos regulamentares a acrescentar aos já existentes mas, sobretudo, constituir um conjunto coerente de critérios para a promoção e apreciação das transformações que incidem sobre o Sítio, os seus edifícios e as suas actividades.

Isto quer dizer que a Gestão de Área Urbana (GAU) no Centro Histórico do Porto terá de ser dotada de meios e competências capazes de garantir a sua integridade.

Na dinâmica que se pretende instalar, um leque de boas soluções propostas no momento da elaboração do plano poderá, porventura, ser ultrapassado, no todo ou em parte, por propostas



diferentes com origem em agentes criativos, que anteriormente não estavam presentes, envolvidos ou mobilizados.

Devemos, por isso, encarar este Plano como um guia para as boas práticas de reabilitação, e valorização susceptível de evolução e aprofundamento dos planos de acção anuais.

Se reflectirmos sobre a evolução do Centro Histórico do Porto, e sobre o processo de transformações, adições e substituições que sofreu ao longo dos séculos poderemos constatar a importância dessas transformações para a construção do conjunto que hoje se acumula.

O SIM-Porto, em vigor, no âmbito do PDM do Porto, está concebido e organizado de forma a responder, com objectividade, na apreciação “caso a caso” das condicionantes de transformação dos edifícios, constituindo uma ferramenta fundamental para a gestão das operações urbanísticas dentro do perímetro classificado.

Repousando sobre essa ferramenta, o Plano de Gestão liberta-se do carácter regulamentar que, em muitos exemplos, se tem manifestado perverso e contra-producente, assumindo, sobretudo, uma vertente pró-activa de indução das acções que só poderão ser materializadas com o concurso e esforço de um conjunto de entidades e iniciativas privadas.

A articulação entre serviços constitui um dos

desafios cruciais do processo de gestão de uma área patrimonial protegida como é o Centro Histórico do Porto, e, por isso a elaboração do Plano de Gestão tem em consideração a presença, as preocupações e a programação dos diversos sectores.

A gestão de base territorial, para áreas especiais do território, como as áreas críticas e os bens de especial valor patrimonial, implica uma organização que articule os diversos centros de decisão que actuam sobre esse espaço territorial.

Assim, o processo de elaboração do Plano de Gestão incorpora o cruzamento das iniciativas temáticas dos diversos actores de modo a conseguir uma proposta que, em síntese, agrega a diversidade das ópticas em presença, sem perda do sentido estratégico do plano.

Considerando todos os serviços públicos municipais e não municipais, e ainda todo o leque de entidades privadas com incidência no Centro Histórico do Porto, temos um quadro muito alargado de parceiros que é necessário articular e mobilizar para uma estratégia comum de desenvolvimento e de salvaguarda do Bem patrimonial que é este território.

Para além da colaboração e articulação inter-institucional entre a Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial e o IGESPAR, é imperativo garantir a apreciação e aprovação do plano pelo organismo de tutela do Bem inscrito na Lista do

Património Mundial, já que, em consequência da inscrição na Lista da UNESCO, o Centro Histórico do Porto é Classificado Monumento Nacional, (artº. 15 da Lei de Bases do Património Cultural, Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro) e, no município do Porto, se inscreve numa área delimitada como Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 67/97, de 31 de Dezembro).

Sendo a gestão dos bens da Lista do Património Mundial, perante a UNESCO, responsabilidade dos estados signatários da convenção do Património Mundial, apesar de todo o papel activo que tem cabido ao município no processo de candidatura e de gestão do Centro Histórico do Porto, caberá ao IGESPAR a aprovação final deste documento.



Imagem 7 - Palácio da Bolsa © Alexandre Soares

## Organização

O Plano de Gestão apresentado, organiza-se em três volumes.

No **primeiro volume** diagnostica-se e caracteriza-se os diferentes contextos a estudar deste território, recorrendo-se às fontes mais actualizadas, finalizando com uma reflexão sobre as principais oportunidades e desafios presentes neste Sítio, nas suas diferentes dimensões.

Para uma melhor visão de toda a área de actuação, foram desenvolvidas diferentes plantas de caracterização do Centro Histórico do Porto, que acompanham e ilustram todo o Plano.

O **segundo volume** reflecte toda a estratégia proposta, respondendo às oportunidades e desafios encontrados na análise do volume I, e divide-se da seguinte forma:

- O plano de acção, organizado a partir dos diferentes eixos e objectivos definidos como de intervenção estratégica, descrevendo o conjunto dos projectos propostos para a preservação e valorização do Sítio;
- O processo de monitorização do Centro Histórico do Porto e respectivos indicadores; e
- O modelo de gestão, que assegure a valorização, protecção e preservação deste território, com objectivos sociais, culturais, turísticos ou económicos.

No **terceiro volume** serão apresentados todos os anexos do Plano de Gestão, incluindo as fichas de caracterização do edificado deste território, com informações relevantes sobre o estado de conservação, de ocupação e de tipologias de serviços, com uma descrição histórica e artística de cada um dos imóveis do Centro Histórico do Porto Património Mundial, bem como outros anexos ao Plano de Gestão.

## MECANISMOS DE PROTECÇÃO

Há diferentes formas de valorizar, proteger e preservar o património com a importância do Centro Histórico do Porto, no entanto, existem formas incontornáveis de defesa: os mecanismos de protecção.

A cidade do Porto está integrada num Estado que, por sua vez, se insere numa comunidade mais ampla a nível europeu e internacional. Assim, está sujeita às mais variadas formas legais, sejam elas locais, nacionais, comunitárias ou internacionais.

Consequentemente, uma comunidade como o Centro Histórico do Porto rege-se por normas específicas que permitem a toda a população usufruir de um património que é local e, ao mesmo tempo, património cultural da humanidade. Essas normas são de diversas dimensões e, nesse sentido, procura-se englobar todos os meios de protecção de uma forma regular e separada por amplitude.

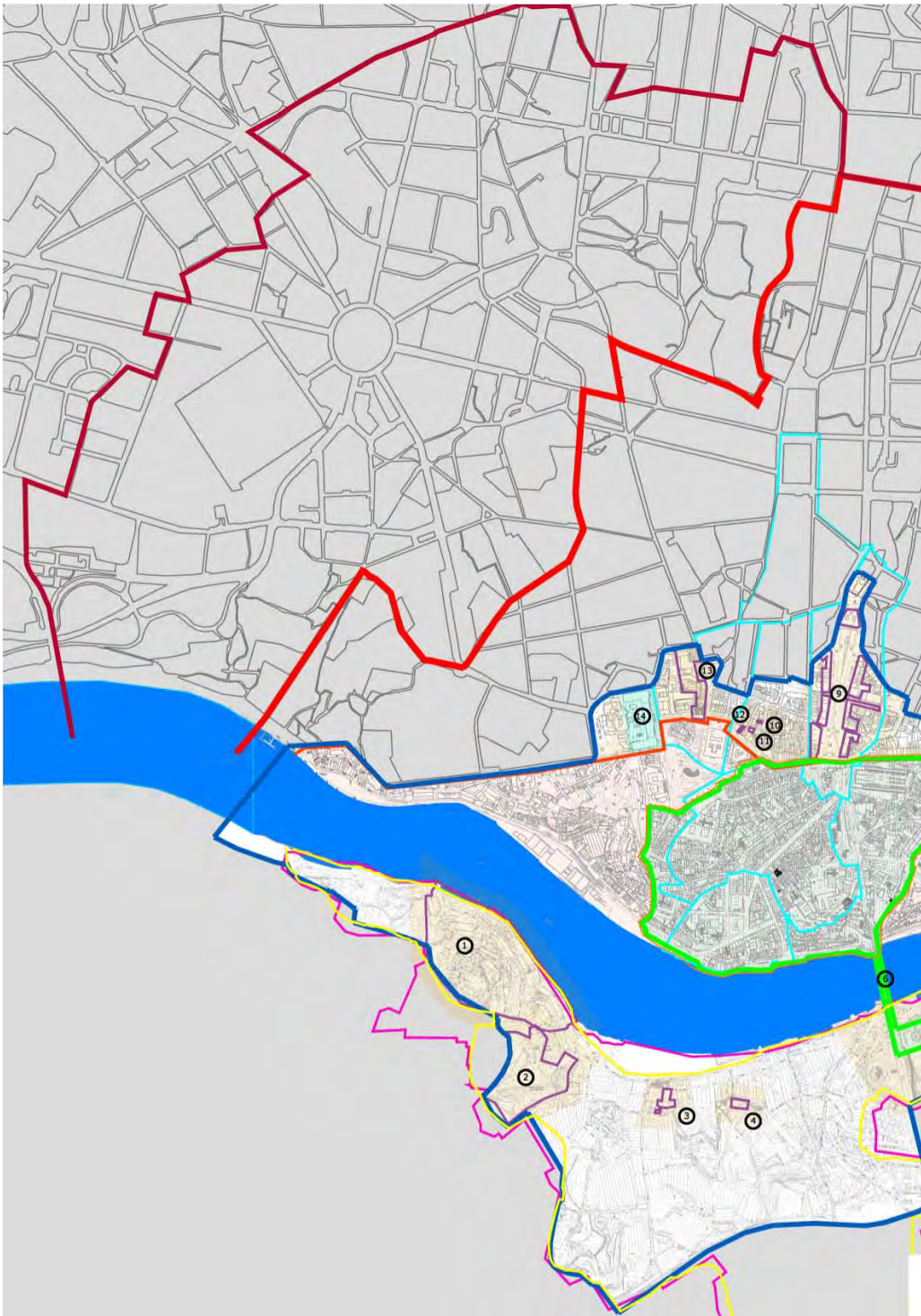
Destacam-se aqui as normas mais importantes e de maior influência na gestão, protecção e valorização do Centro Histórico do Porto Património Mundial. Em primeiro lugar surgem as normas de *direito internacional*, de seguida as de *direito nacional* e por fim as *locais*.

### Legislação Internacional

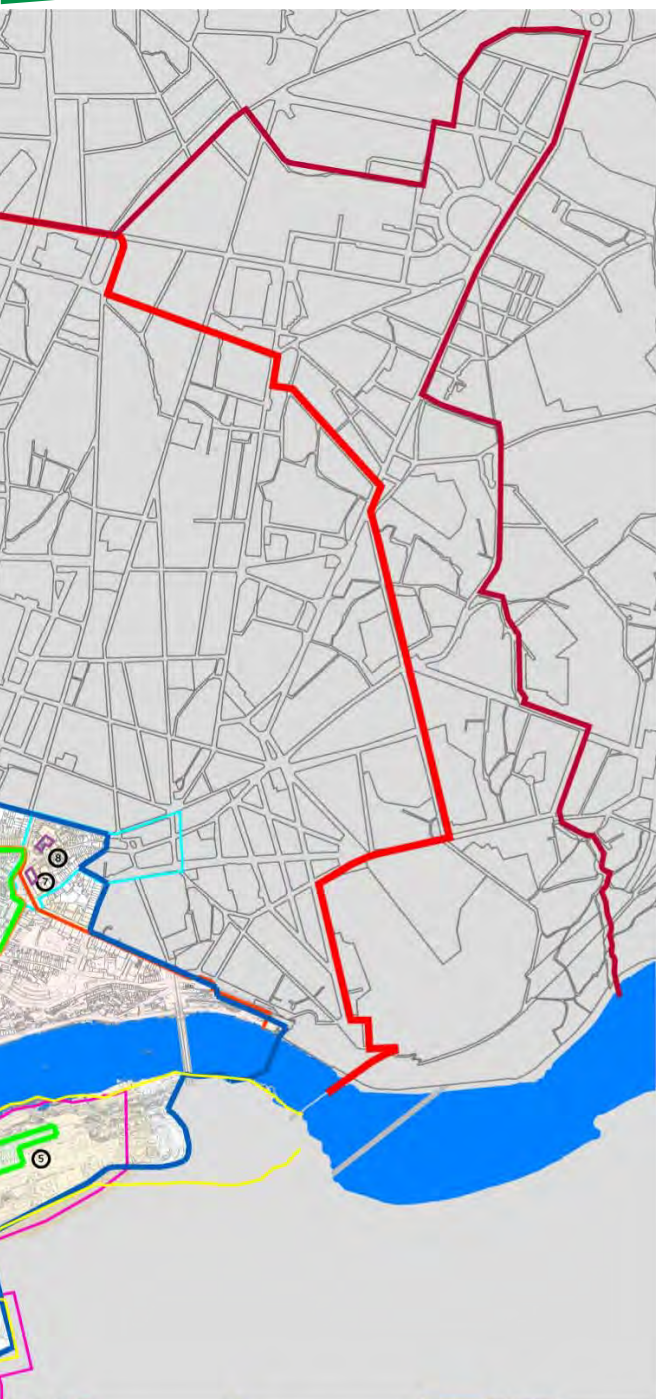
- a. **Convenção do Património Mundial, sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**, Paris, 16 de Novembro de 1972 (aprovada a adesão através do Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho). Pretendeu estabelecer um sistema de protecção do património cultural e natural com valor excepcional,











- 1 Área do Castelo de Gaia (IIP) Decreto nº 29 / 90 , de 17 de Julho
- 2 Paço do Campo Belo, incluindo a Capela e todo o seu conjunto circundante, nomeadamente os jardins (IIP) Decreto nº 129 / 77 , de 29 de Setembro
- 3 Antigo Convento Corpus Christi, Instituto do Bom Pastor (IVC) Despacho de nº 09 de Agosto de 1995
- 4 Igreja Paroquial de Santa Marinha, (IIP) Decreto nº 45 / 93 , de 30 de Novembro
- 5 Igreja e Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar (MN) e Sala do Capítulo , Refeitório, Cozinha, Torre e Capela (IIP) ZEP Decreto de 16 de Junho de 1910; Portaria de 16 de Junho de 1949 e Decreto nº 25, 034 de 11 de Fevereiro de 1935.
- 6 Ponte de Dom Luís (IIP) Decreto nº 28 / 82 de 26 de Fevereiro
- 7 Cinema Batalha (Em Vias de Classificação) Despacho de abertura de 27 de Janeiro de 2005, do Presidente do IPPAR
- 8 Igreja de Santo Ildefonso (IIP) Decreto 129/77, DR 226, de 29-09-1977
- 9 Conjunto da Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados e Praça do General Humberto Delgado (Em Vias de Classificação) ZEP Parecer de 01.10.2008 da Comissão Consultiva do IGESPAR, L.P.; Proposta de 18.02.2008 da ORCN e Club dos Fenianos Portugueses (IVC 19)
- 10 Edifício na Rua de Cândido dos Reis, 75-79 (IIP) Decreto 735/74, DG 279, de 21-12-1974 ZEP DG (II Série), n.º 6, de 08-01-1954
- 11 Edifício na Rua da Galeria de Paris, 28 (IIP) Decreto 735/74, DG 279, de 21-12-1974
- 12 Livraria Lello & Irmão (Em Vias de Classificação) Decreto Despacho do Ministro da Cultura de 14 de Fevereiro de 2000
- 13 Igreja da Venerável Ordem Terceira de N.ª Sr.ª do Carmo e Sacristia. (Em Vias de Classificação) Decreto Despacho de abertura de 30 de Novembro de 1994
- 14 Hospital de Santo António (MN) Decreto 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910

- 1996 - LIMITE DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO - PATRIMÓNIO MUNDIAL (MN) art.º 15.º, n.º 7, da Lei n.º 107/2001, de 8 /11
- OUTROS MONUMENTOS NACIONAIS
- 1996 - ÁREA DE PROTECÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL ("BUFFER ZONE")
- ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO (ZEP)
- OUTROS IIP - IVC - IIM
- 1997 - IP 81 (MÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO)
- ZONA HISTÓRICA DO PORTO 67/97, DR 301, de 31-12-1997; Portaria 9752006, de 16 de Maio, DR - II Série, N.º 113, de 12 de Junho
- 1997 - LIMITE DA ACRRU - VILA NOVA DE GAIA DECRETO REGULAMENTAR Nº 94 / 1997 DE 19 DE DEZEMBRO
- 2000 - LIMITE DA 3ª ACRRU DECRETO REGULAMENTAR Nº 11 / 2000 DE 24 DE AGOSTO
- 2004 - ZONA DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA
- 2005 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA
- 2008 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA
- LIMITE CENTRO HISTÓRICO GAIA

LIMITES EM VIGOR ACTUALMENTE

OUTUBRO 2008



à escala mundial. Cada Estado que assina esta convenção, compromete-se a assegurar a conservação dos bens localizados no seu território e a proteger o seu património cultural e natural.

### **LEGISLAÇÃO NACIONAL**

- b. Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural** (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

### **LEGISLAÇÃO LOCAL**

- c. Regulamento do Plano Director Municipal do Porto** (Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2006, de 26 de Janeiro). Estabelece regras quanto à ocupação, uso e transformação do território do concelho do Porto, publicando uma Carta de Condicionantes, de Património. Em anexo publica uma lista de imóveis de interesse patrimonial e de espécies arbóreas classificadas, bem como programas de acções.
- d. Código Regulamentar do Município do Porto** (Edição da Câmara Municipal do Porto, publicado no D.R. n.º 56, Série II de 2008-03-19 e separata ao Boletim Municipal nº 3720, de 3 de Agosto).

- e. Regulamento do Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia** (em revisão).

### **PLANOS LOCAIS**

- f. Masterplan - Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto**, desenvolvido pela Porto Vivo, SRU, com o objectivo de promover intervenções que garantam a sustentabilidade nos seus mais diversos domínios, que respeitem a identidade dos

locais onde se projecta a mudança e apostem na criatividade, no conhecimento e na inovação numa perspectiva de resolver os problemas de hoje assegurando a sua actualidade no futuro.

- g. Masterplan - Estudo de Enquadramento Estratégico da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Vila Nova de Gaia** (ACRRU).



Imagem 9 - Largo da Pena Ventosa








## 10 OPERAÇÕES:

CLÉRIGOS  
VITÓRIA  
MOUZINHO/FLORES  
TAIPAS  
S. FRANCISCO  
SE  
RIBEIRA/BARREDO  
SANTA CLARA  
S. BENTO  
AVENIDA DA PONTE

LIMITE DAS OPERAÇÕES



LOCALIZAÇÃO DAS 10 OPERAÇÕES DE  
REABILITAÇÃO URBANA

escala 0 10 40



OUTUBRO 2008







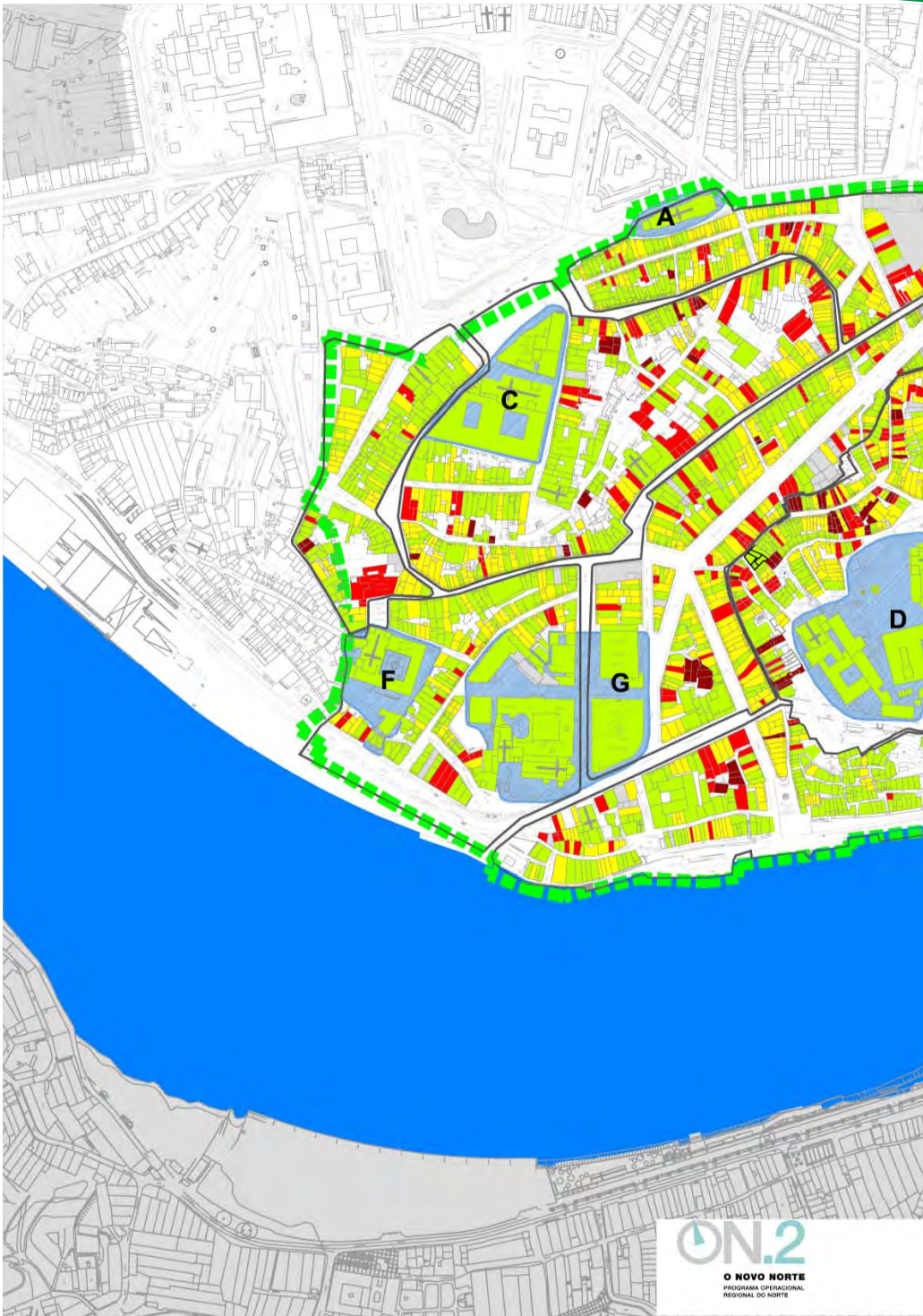
Imagem 10 - Jardim da Cordoaria © João Ferrand

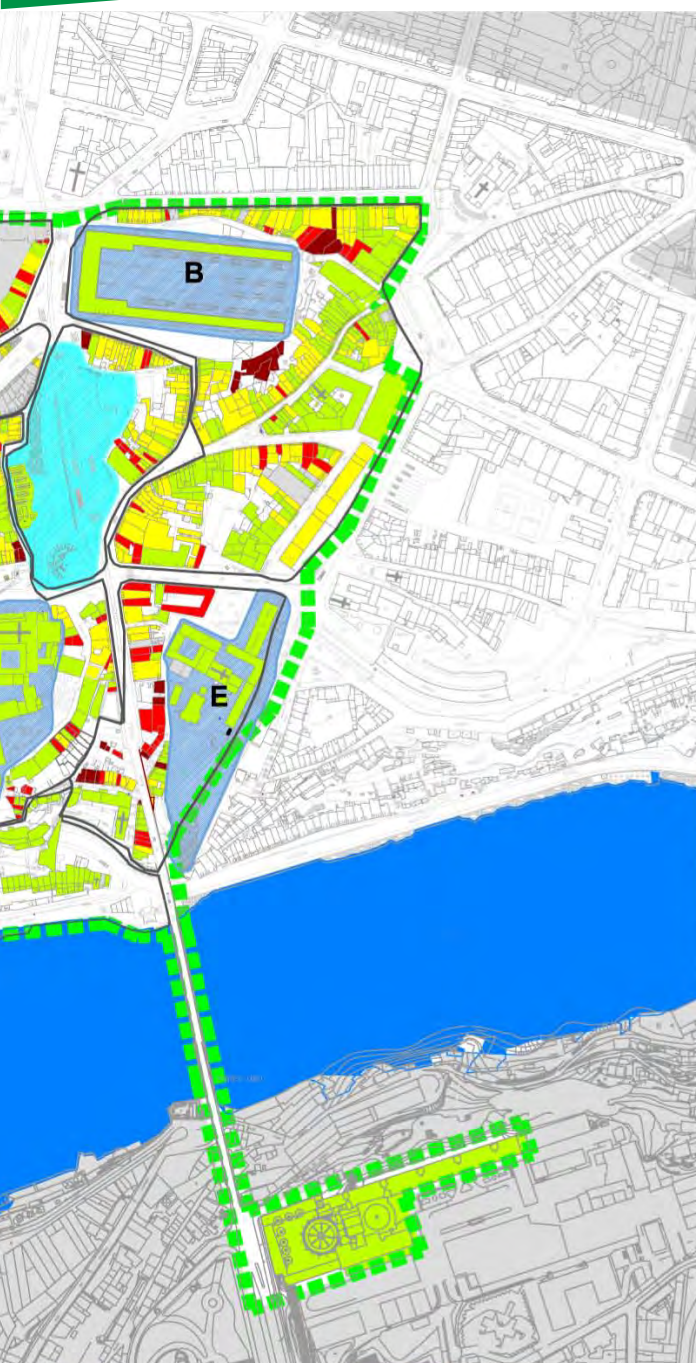
## OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Com base numa análise e reflexão dos diferentes contextos presentes no Centro Histórico do Porto Património Mundial foram identificados cinco desafios e cinco oportunidades chave. De forma sintética, podemos identificar os seguintes aspectos do contexto como elementos centrais de caracterização do Centro Histórico do Porto Património Mundial, que permitiram chegar aos desafios e oportunidades destacados à frente:

- Degradação do edificado, no entanto com existência de uma estratégia para a sua reabilitação e manutenção;
- Acentuada perda populacional e envelhecimento da população residente;
- Elevado desemprego e baixos níveis de formação e qualificação da população residente, no entanto com um aumento de procura e instalação de novos negócios de cariz cultural e criativo;
- Intrincado sistema legal e institucional, com múltiplos interlocutores e organismos com autoridade;
- Estrutura empresarial obsoleta e com dificuldade de atracção e fidelização de públicos, salvo nos sectores do turismo, restauração, comércio de roupa e acessórios e na crescente fixação de negócios criativos;
- Área avaliada pelos visitantes e comerciantes como sendo “suja” e pouco segura;
- Importância crescente do fenómeno turístico, resultante do forte aumento do número de turistas e visitantes.







EM OBRA - 51 EDIFÍCIOS

OCUPAÇÃO TOTALMENTE - 861 EDIFÍCIOS

OCUPAÇÃO PARCIAL - 592 EDIFÍCIOS

DEVOLUTO - 293 EDIFÍCIOS

RUÍNA - 78 EDIFÍCIOS

CONJUNTO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE GRANDE DIMENSÃO

A. CLÉRIGOS

E. SANTA CLARA

B. S. BENTO D'ÁVE MARIA

F. S. JOÃO NOVO

C. S. BENTO DA VITÓRIA

G. S. FRANCISCO

D. SÉ

ÁREA A REGENERAR

CONJUNTO DE EDIFÍCIOS DEGRADADOS COM PRINCIPAL INTERESSE PATRIMONIAL

LIMITE DAS OPERAÇÕES

LIMITE DA ÁREA INCLUIDA NA LISTA DA UNESCO

escala 0 10 40

junho 2008

ESTADO DE OCUPAÇÃO

Os cinco grandes desafios e as cinco grandes oportunidades que passamos a apresentar contextualizam o processo de regeneração que se pretende para transformar este território num “Espaço Humano de Excelência”.

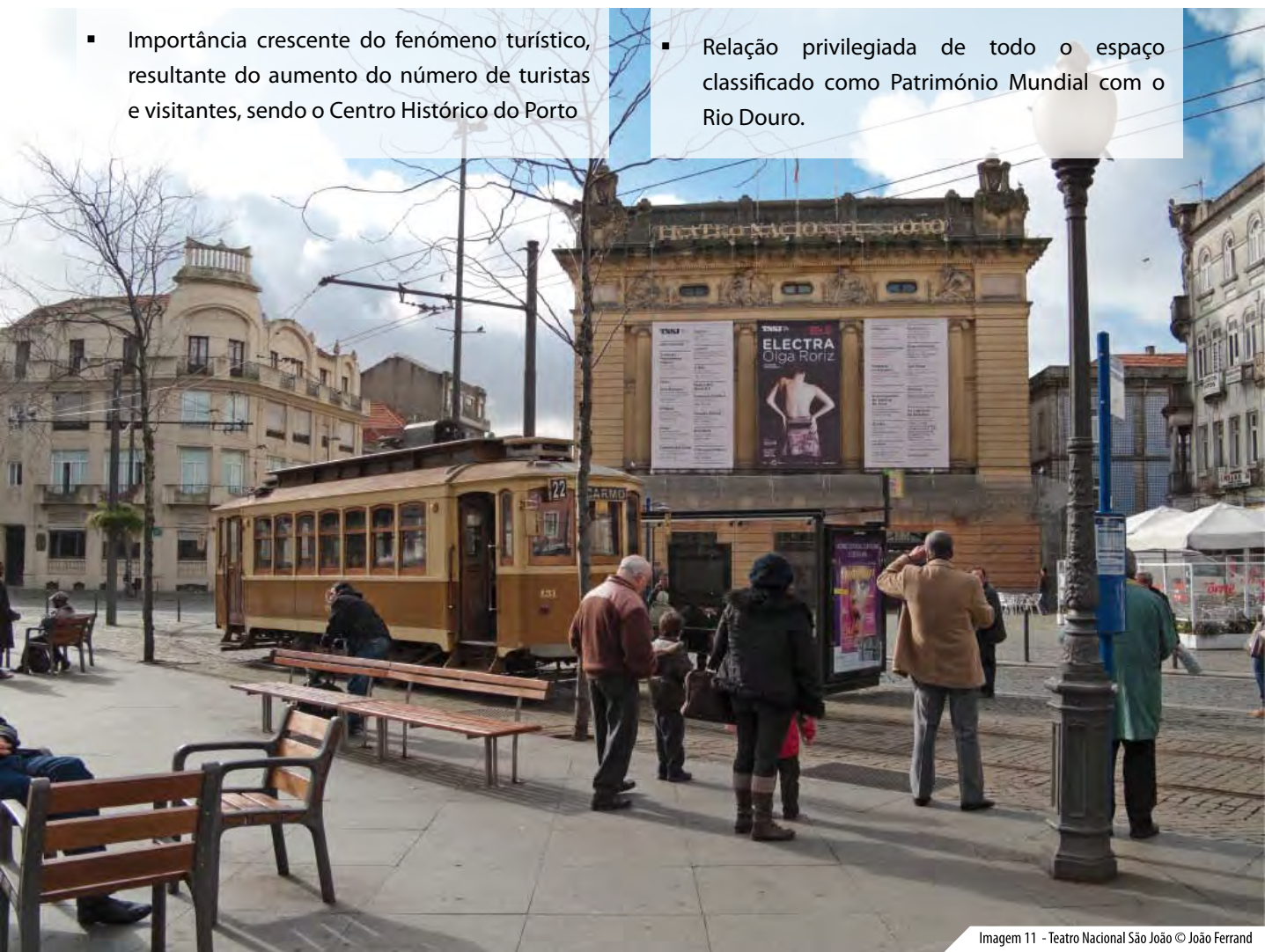
**Desafios:**

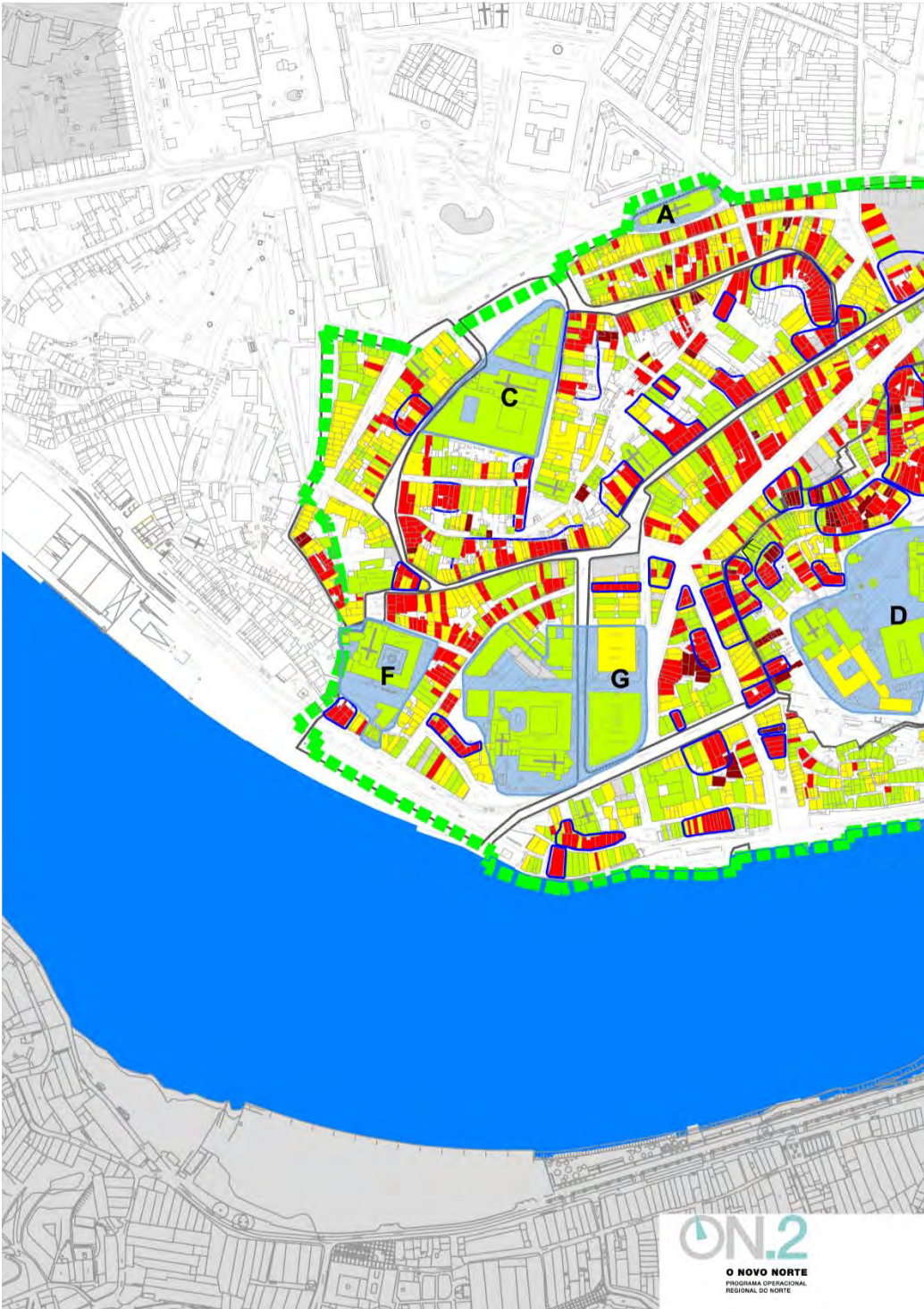
- Empobrecimento do património histórico e artístico por falta da sua manutenção e valorização;
- Acentuada perda populacional e envelhecimento, elevado desemprego e baixos níveis de formação e qualificação da população residente;
- Território considerado “sujo” e pouco seguro, com falta de organização e qualificação da oferta turística existente;
- Negócios criativos ainda muito isolados, escondidos e com fraca expressão, falta de confiança e falta de empreendedorismo;
- Degradação da paisagem e pouca valorização da ligação privilegiada ao rio Douro.



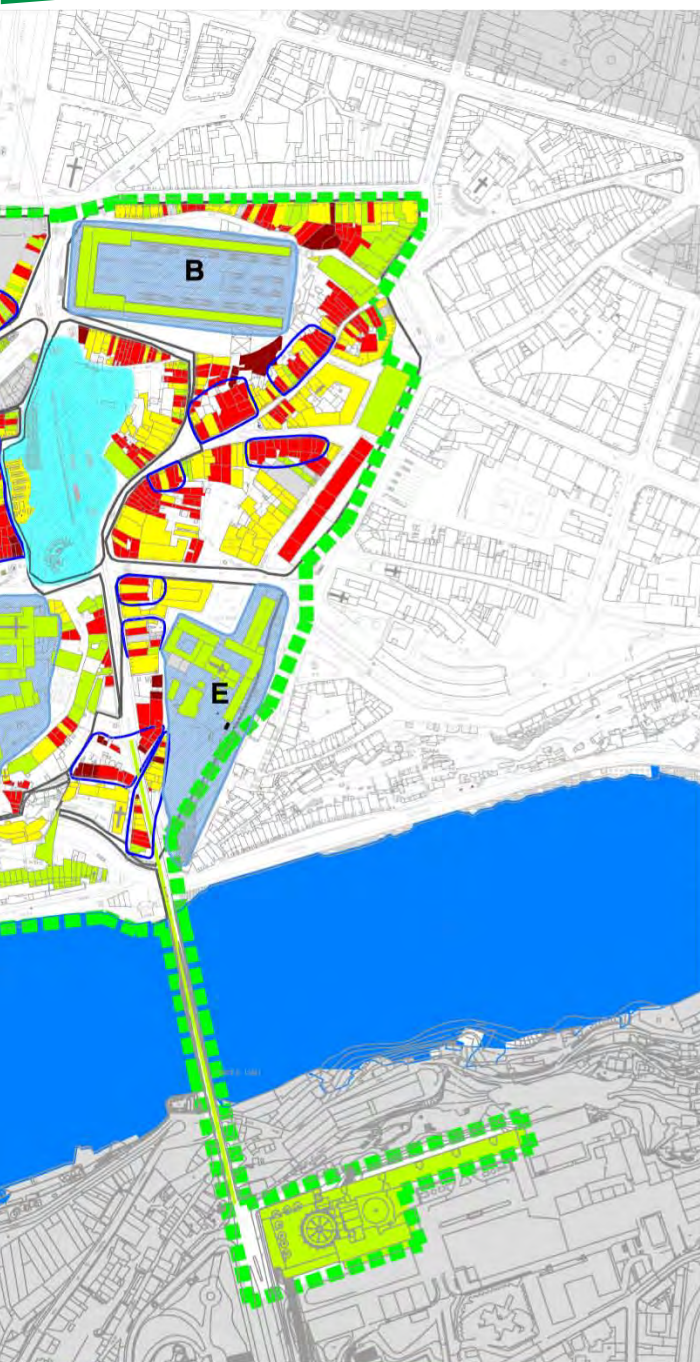
### Oportunidades:

- Património histórico e artístico de valor universal, cuja preocupação com a preservação e protecção está presente nas principais agendas políticas, económicas e socioculturais da cidade/região;
- Forte identidade cultural;
- Importância crescente do fenómeno turístico, resultante do aumento do número de turistas e visitantes, sendo o Centro Histórico do Porto
- mencionado no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) como recurso diferenciador, âncora da oferta turística regional;
- Negócios criativos, organizações e processos criativos a estabelecerem-se no Centro Histórico do Porto com a regeneração física do património cultural a orientar-se para as funções culturais e criativas;
- Relação privilegiada de todo o espaço classificado como Património Mundial com o Rio Douro.









EM OBRA - 51 EDIFÍCIOS

BOM - 443 EDIFÍCIOS

MÉDIO - 649 EDIFÍCIOS

MAU - 575 EDIFÍCIOS

RUÍNA - 78 EDIFÍCIOS

CONJUNTO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE GRANDE DIMENSÃO

A. CLÉRIGOS

E. SANTA CLARA

B. S. BENTO D'AVÉ MARIA

F. S. JOÃO NOVO

C. S. BENTO DA VITÓRIA

G. S. FRANCISCO

D. SE

ÁREA A REGENERAR

LIMITE DAS 10 OPERAÇÕES

CONJUNTO DE EDIFÍCIOS DEGRADADOS COM PRINCIPAL INTERESSE PATRIMONIAL

LIMITE DA ÁREA INCLuíDA NA LISTA DA UNESCO

escala 0 10 20

junho 2006

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

## ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

“CADA ÁREA HISTÓRICA DEVE SER CONSIDERADA NA SUA TOTALIDADE COMO UM CONJUNTO COERENTE, CUJO BALANÇO E NATUREZA ESPECÍFICA DEPENDEM DA FUSÃO DAS PARTES EM QUE SE COMPÕE, E QUE INCLUEM AS ACTIVIDADES HUMANAS TANTO QUANTO OS EDIFÍCIOS, A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E O SEU CONTEXTO. TODOS ESTES ELEMENTOS TÊM RELEVÂNCIA COMO UM TODO”.

Recomendação sobre a salvaguarda e o papel actual das áreas históricas

*Princípios Gerais, II, 2*

*UNESCO, Nairobi, 1976*



## VISÃO

**PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL -  
ESPAÇO HUMANO DE EXCELÊNCIA**



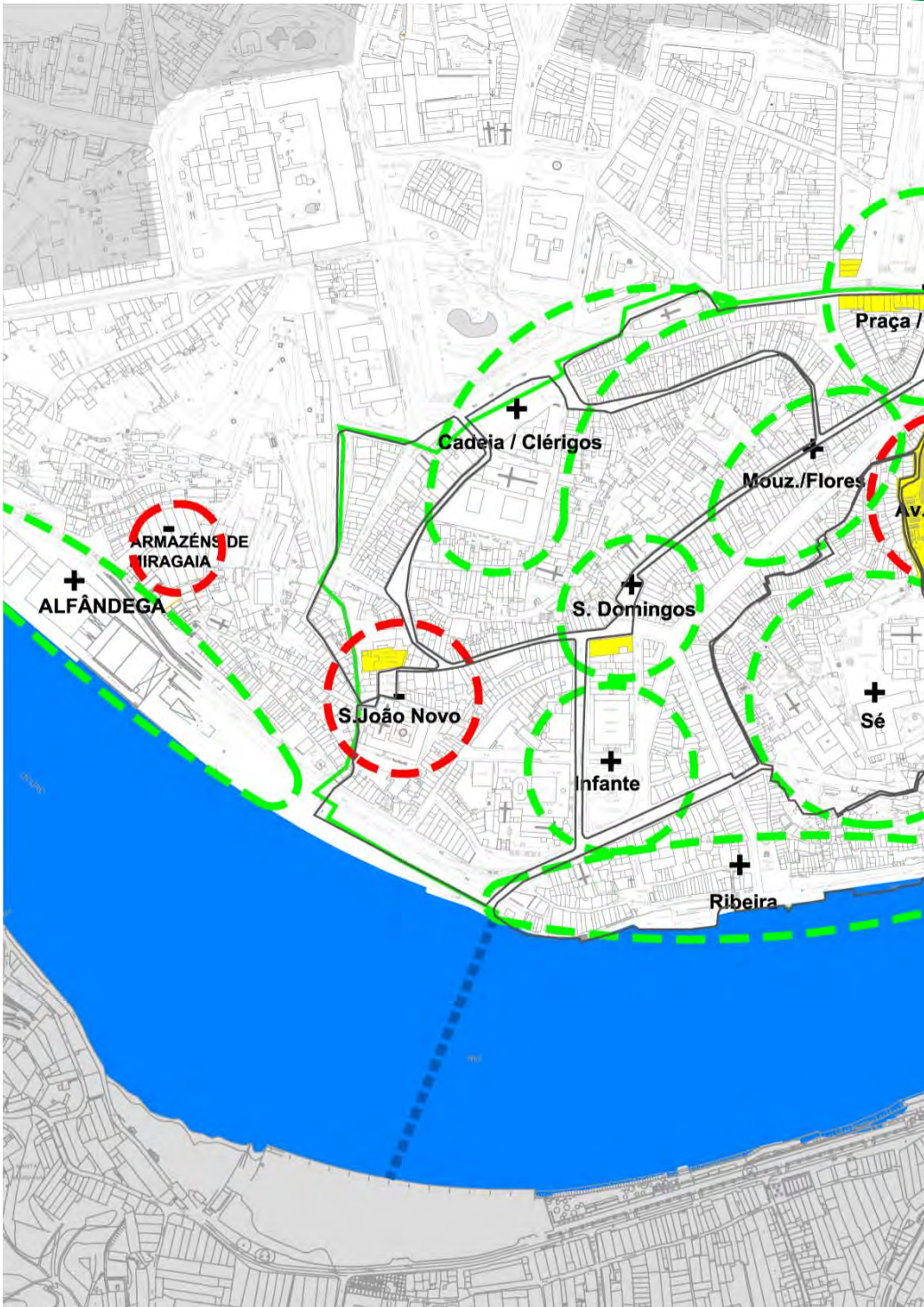
Imagem 12 © João Ferrand

## MISSÃO

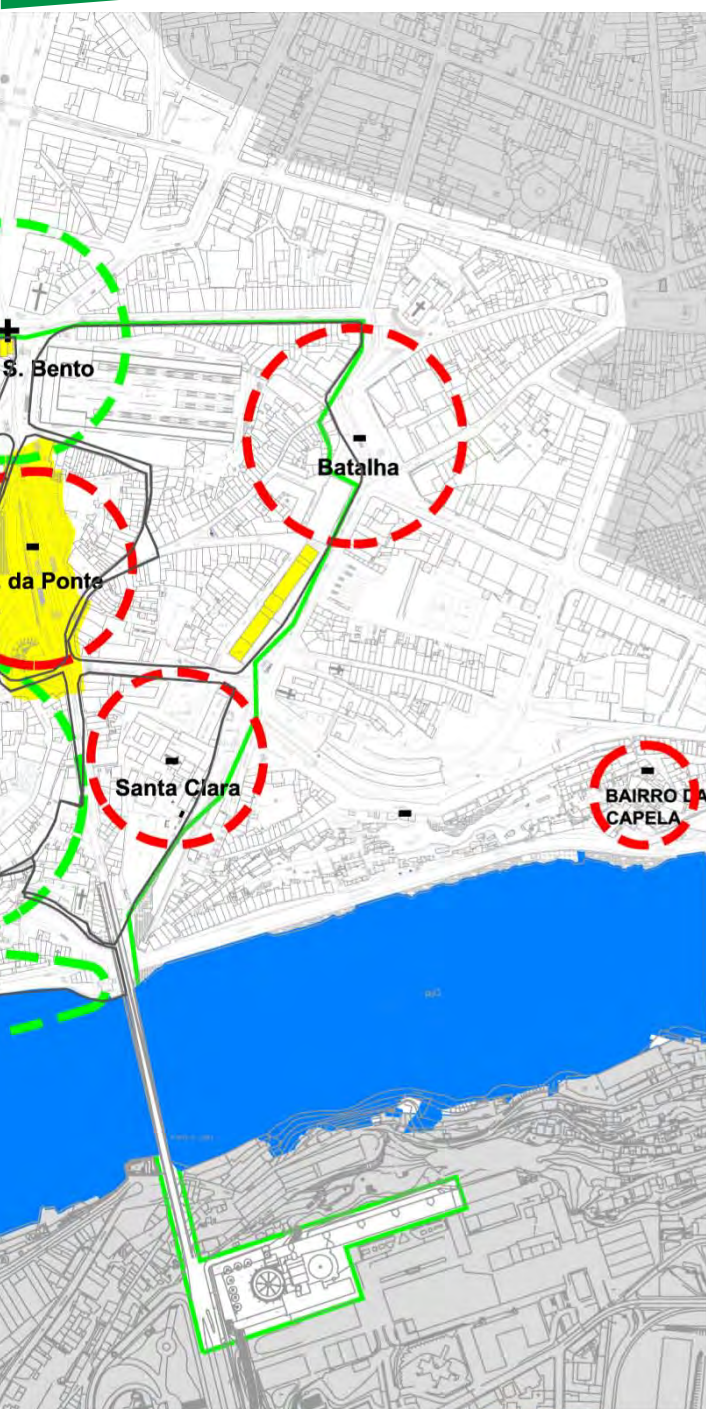
**PROTEGER, PRESERVAR, VALORIZAR  
E PROMOVER O CENTRO HISTÓRICO  
DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL,  
EXPRESSÃO FÍSICA DA NATUREZA  
UNIVERSAL DA CRIATIVIDADE HUMANA,  
CORAÇÃO E ALMA DA CIDADE, FONTE  
DE VIDA E INSPIRAÇÃO DAS GERAÇÕES  
ACTUAIS E FUTURAS**



Imagem 13 © João Ferrand







MAIS DINÂMICO



MENOS DINÂMICO



GERADORES DE DINÂMICA



LIMITE DAS OPERAÇÕES



LIMITE DA ÁREA INCLUIDA NA LISTA DA UNESCO



## CARACTERIZAÇÃO DAS DINÂMICAS ACTUAIS

Escala

0 10 20

outubro 2008



OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Por se tratar de um permanente compromisso entre Cidade Viva e Bem Classificado e por não haver, neste campo, dois fenómenos iguais, pretende-se que este Plano de Gestão seja inovador no suporte à tomada de decisão estratégica e eficaz na resolução de problemas concretos.

Propondo uma visão integrada do Centro Histórico, suas potencialidades e desafios, o Plano de Gestão incide as suas propostas nos seguintes **OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**:

|         |  |
|---------|--|
| OBJ. 1  | PRESERVAR, CONSERVAR E RESTAURAR O PATRIMÓNIO EDIFICADO E REQUALIFICAR O ESPAÇO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL.   |
| OBJ. 2  | MOBILIZAR OS UTILIZADORES ACTUAIS E FUTUROS (RESIDENTES, TRABALHADORES, VISITANTES, ESTUDANTES E INVESTIDORES) DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO NA DEFESA E PROMOÇÃO DO SEU VALOR PATRIMONIAL, SENSIBILIZANDO-OS PARA A PARTICIPAÇÃO NA SUA PROTECÇÃO, PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO. |
| OBJ. 3  | CONTRIBUIR PARA A EXCELÊNCIA DA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA NO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO.  |
| OBJ. 4  | ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE UM CLUSTER CRIATIVO QUE SE INSPIRE NA EXCELÊNCIA DO PATRIMÓNIO CULTURAL ENVOLVENTE.   |
| OBJ. 5. | REFORÇAR O PAPEL DO RIO DOURO ENQUANTO ELEMENTO ESSENCIAL DA INTERPRETAÇÃO, VIVÊNCIA E COMUNICAÇÃO ENTRE AS DUAS MARGENS DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL.  |



Imagem 14 - Igreja da Misericórdia © Alexandre Soares



## EIXOS ESTRATÉGICOS

O Plano de Acção do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto visa dar cumprimento aos cinco objectivos estratégicos atrás enunciados e estrutura-se em cinco eixos, dois transversais e três eixos temáticos:

### *Eixos Transversais*

#### **Eixo I. Protecção, Preservação, Restauro e Valorização**

##### **Porquê?**

Os conjuntos históricos têm-se assumido, através dos tempos, como inigualáveis testemunhos tangíveis da riqueza e de diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da Humanidade, pelo que a sua salvaguarda e integração na vida da sociedade contemporânea constitui um elemento fundamental para o planeamento e ordenamento do território urbano.



Segundo a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO<sup>1</sup>, todos os Estados têm a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o seu património cultural e natural, devendo esforçar-se por assegurar uma eficaz protecção, conservação e valorização, através da adopção de políticas gerais, da instituição de serviços responsáveis, do desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas, da oferta de formação e da tomada de medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras necessárias para o cumprimento daqueles objectivos.

A classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial deve funcionar como uma legitimação, como mecanismo de protecção, mas também como veículo de promoção, atribuindo um redimensionamento dos valores patrimoniais que devem ser revestidos de um novo tipo de discurso, direccionado, já não para o reforço directo da identidade a nível interno, mas para uma afirmação do local à escala mundial, mediado por um actor internacional (UNESCO) e mediatizado pelos mais diversos meios.

Na Recomendação<sup>2</sup> sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea, as zonas históricas são consideradas como parte essencial daquilo a que

podemos chamar de Património da Humanidade:

*“...os conjuntos históricos fazem parte do ambiente*



*quotidiano dos seres humanos, assegurando a presença viva do passado que os modelou, e que esses*

1 Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972

2 Recomendação de Nairobi relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua função na vida contemporânea, Nairobi, 26 de Outubro a 30 de Novembro de 1976

*conjuntos garantem a variedade de enquadramentos de vida correspondentes à diversidade da sociedade e que, por isso mesmo, adquirem um valor e uma*



Imagem 16 - Morro da Sé © Alexandre Soares

*dimensão humana suplementar.”*

Desta forma, este Plano de Gestão assume este eixo como sendo estruturante e transversal, presente em todas as acções, dando especial atenção à

relação entre o social e o edificado, reconhecendo o papel do Centro Histórico como suporte da estrutura social, ou seja, como parte integrante das dinâmicas presentes e futuras e não apenas como memória da cidade.

### **Como?**

A conservação e preservação do património cultural é um processo contínuo e deve seguir as orientações definidas nas convenções, recomendações e resoluções propostas e elaboradas, nomeadamente pelo Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO), com o objectivo primordial de assegurar uma protecção e conservação tão eficazes e uma valorização tão activa quanto possível do Centro Histórico do Porto Património Mundial.

Considerando a extensão e complexidade do Centro Histórico do Porto como área urbana de elevado valor patrimonial inserida numa Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU) e, ao mesmo tempo, classificada como Monumento Nacional, não é possível encarar a sua reabilitação urbana sem uma clara definição de prioridades e consideração pelas suas especificidades, já que o território em causa é muito diversificado, quer nas suas origens e processos urbanísticos, quer no seu estado de conservação.

Desde 1982, ano em que a Câmara Municipal do Porto assumiu a responsabilidade pelos trabalhos do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeiro/Barredo (CRUARB) que o Centro Histórico



do Porto tem vindo a sofrer acções de reabilitação urbana, agora protagonizadas pela Porto Vivo, SRU, à qual cabe o papel de orientar o processo, elaborar a estratégia de intervenção e actuar como mediador entre proprietários e arrendatários e, em caso de necessidade, tomar a seu cargo a operação de reabilitação com os meios legais que lhe foram concedidos.

Actualmente, assiste-se ainda a uma situação que sugere preocupação: 32% do edificado encontra-se em mau estado de conservação e 4% em ruína. Se a este número, juntarmos os 649 edifícios em estado médio de conservação, concluímos que existem 1302 edifícios a necessitar de uma intervenção de reabilitação e conservação.

Pretende-se, perante este cenário, e no âmbito deste eixo, prosseguir um processo de intervenção, reabilitação e conservação urbana do carácter único e distintivo deste conjunto.

Este objectivo passa por reforçar e dar continuidade a uma grande operação de planeamento e intervenção urbanística em curso, que visa promover a conservação e restauro de 83 quarteirões, reabilitando 1302 edifícios, promovendo paralelamente acções que permitam um maior e melhor panorama de estímulos ao investimento privado e incentivos fiscais, discriminando positivamente quem pretenda investir no Centro Histórico do Porto, garantindo por esta via:

- Uma nova funcionalidade ao património cultural do Centro Histórico, integrando a sua protecção nos sistemas de planeamento urbano de âmbito local, metropolitano e regional;
- A criação de serviços de protecção, conservação e valorização do Património Cultural, com equipas técnicas especializadas e dispondo dos meios apropriados;
- A tomada de medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património.

## **Eixo II. Envolvimento da População**

### **Porquê?**

Reconhece-se que o Centro Histórico do Porto pode explorar melhor todo o potencial de afirmação que apresenta, com a ligação íntima e de afecto que deverá existir entre este e os seus utilizadores e moradores.

É fundamental que os habitantes do Centro Histórico do Porto, mas também os da restante cidade e região, sejam envolvidos e, sobretudo, tenham uma participação activa em todo o processo de desenvolvimento e implementação do Plano de Gestão.

Este plano, embora tenha como principal objectivo

a protecção, preservação e valorização do património do Centro Histórico do Porto, pretende, em última instância, contribuir para a melhoria das condições de vida da comunidade local.

A sua implementação constitui, por isso, uma

projecto âncora a concepção e implementação de um robusto Plano de Comunicação e Envolvimento. Pretende-se que este Plano ultrapasse a mera comunicação para o exterior e privilegie e assuma como segmento-alvo a população local.



Imagem 17 - Ribeira © João Ferrand

oportunidade excepcional de diálogo, de comunicação e de participação.

O seu desenvolvimento e posterior execução, ultrapassa a mera elaboração técnica, para se traduzir num acto participado e de cidadania capaz de unir a administração e os interessados directos numa estratégia única, coerente e sustentável, susceptível de mobilizar os agentes locais, nacionais e internacionais numa aposta de desenvolvimento sem precedentes.

### Como?

Para cumprir esta intenção propõe-se como

Propõe-se um estudo dos atributos e características mais representativas do Porto e uma avaliação e uma selecção das linguagens e meios de comunicação mais ajustados de modo a adoptar-se uma estratégia comunicacional de alcance alargado.

Este plano de comunicação deve assumir a sua função pedagógica e integrar ferramentas adaptadas aos diferentes perfis de público, com especial atenção ao público escolar.

Os melhores guardiões do valor patrimonial deste Sítio deverão ser os seus cidadãos, que quanto mais informados, sensibilizados e envolvidos estiverem, melhor zelarão pela sua defesa e protecção.

## Eixos Temáticos

### Eixo III. Turismo

#### Porquê?

Se bem planeada e gerida de forma sustentável, a indústria turística pode gerar importantes benefícios nas condições de vida da população, medida em mais emprego e em melhores



Imagem 18 - Praça da Ribeira © Alexandre Soares

rendimentos, contribuindo também para o crescimento dos sectores fornecedores.

O turismo é também um catalisador da iniciativa empresarial, estimula o aparecimento de novas infra-estruturas e serviços e reforça a programação cultural que pode ser igualmente utilizada pelos residentes. Produz também alterações positivas na imagem da cidade e consequentemente no potencial de atracção de investimento.

O turismo deve ser, portanto, um sector prioritário para o Centro Histórico e deve dar um contributo significativo, nomeadamente através do aumento de receitas externas, no combate ao desemprego, assim como no reforço positivo para a imagem e valorização deste Bem.

Por ser Património Mundial, o Centro Histórico do Porto tem condições para despertar uma atenção e curiosidade



acrescidas, podendo daí a cidade recolher novos interesses turísticos e culturais.

Assistimos a um crescimento do mercado turístico em toda a cidade do Porto, no entanto, o Centro Histórico do Porto enquanto produto e destino isolado, ainda não está suficientemente valorizado nem explorado.

Nesse sentido, é importante tratar da sua imagem, dar-lhe visibilidade e importância, através da valorização dos seus recursos e de um eficaz e profissional acolhimento.

### Como?

Da análise da oferta turística enquadrada na área classificada e após verificação das características de procura para o Porto, julgamos ser oportuno o reforço das estratégias de desenvolvimento e qualificação da oferta turística do Centro Histórico.



Propõe-se, assim, como projecto âncora para este eixo temático, a criação de um “Welcome Center” que oriente e estimule os turistas e visitantes para uma verdadeira e estimulante descoberta deste conjunto. Para isso, pretende-se ainda reinterpretar as diferentes temáticas e características deste Sítio, propondo e organizando percursos que explorem a sua geografia singular e proporcionando novos encontros entre o passado, o presente e o futuro.

Uma implementação efectiva deste projecto contribuirá para a melhoria da qualidade de vida de quem vive e trabalha no Centro Histórico e para a promoção da coesão territorial e identidade enquanto recurso indutor de inúmeras actividades com ele relacionadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentado em termos ambientais, económicos e sociais.

A visão para o turismo no Centro Histórico deve ser uma visão ambiciosa, mas exequível: o Porto Património Mundial deve ser um dos destinos de maior crescimento, através do desenvolvimento baseado na qualificação, competitividade e excelência da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento económico, desenvolvimento social e ambiental.

De referir ainda que o Centro Histórico do Porto Património Mundial é mencionado no Plano Estratégico Nacional de Turismo como um recurso diferenciador, âncora da oferta turística regional.

A cidade do Porto possui os recursos e estruturas capazes de desenvolver o segmento de *city-break*, um dos dez produtos de aposta preconizados neste mesmo Plano. O metro, a realização de grandes eventos e o crescimento das companhias *low cost* são condições necessárias para o desenvolvimento e implementação deste segmento. A afirmação do Porto destino *city-break* permitirá desenvolver e fidelizar outros produtos/serviços turísticos para segmentos emergentes como: turismo de famílias, cultural/histórico, de eventos, sénior, *touring* cultural, gastronomia e vinhos e o MICE (Motivation, Incentive, Conventions and Exhibitions).

## **Eixo IV. Indústrias Criativas**

### **Porquê?**

A criatividade é já reconhecida como um *driver* económico e social fundamental na geração de riqueza e emprego, no desenvolvimento sustentável das cidades, para as mudanças tecnológicas, a inovação empresarial e o reforço da competitividade das cidades e países individuais.

A economia deste Centro Histórico esteve sempre intimamente ligada ao comércio, estando este presente, ainda, em quase todas as ruas. No entanto, actualmente, assistimos a um processo de consolidação de uma nova economia, de base criativa.



Imagem 20 © João Ferrand



Imagem 21 © João Ferrand

Reconhecendo o número de indústrias criativas actualmente presentes (cerca de 100 espaços) no Centro Histórico, com base no diagnóstico elaborado, percebe-se uma orientação natural deste Sítio para actividades relacionadas com a cultura e uma crescente tendência para a atracção de actividades criativas, de carácter recente (53% posteriores a 2000).

O carácter emergente revela-se ainda mais significativo no caso das entidades criativas, como por exemplo os ateliers, e do comércio voltado para um público jovem e urbano.

### Como?

O Plano de Gestão deve estimular este crescimento espontâneo a que se assiste, promovendo a criação de um *cluster* neste território, podendo oferecer um meio para o desenvolvimento da auto-confiança dos indivíduos e das comunidades.

Com o desenvolvimento deste projecto devemos identificar e potenciar a atracção de iniciativas que maximizem os valores e potencial do Centro Histórico enquanto *habitat* natural para estas actividades, estimulando a geração de um *cluster* criativo, sendo este o projecto âncora de destaque deste eixo.

A proposta de um plano de acção para este sector contribuirá para transformar e tornar o Centro Histórico do Porto num lugar mais atractivo, enérgico e vanguardista, cujos valores culturais e empresariais podem apoiar indivíduos e ajudar a construir comunidades dotadas de modelos de negócio flexíveis e que podem ajudar outros sectores a desenvolver novas formas de comunicação, novas formas de acesso aos mercados e novos métodos de produção.



Este eixo estratégico deve potenciar e aproveitar o crescente interesse entre a classe económica pela investigação e uso da criatividade enquanto fonte geradora de inovação e de empreendedorismo.

## **Eixo V. Rio Douro**

### **Porquê?**

A ligação da cidade, nomeadamente o Centro Histórico do Porto ao rio Douro, impulsionou todo o crescimento deste Sítio, através da ligação comercial privilegiada pela proximidade do Rio e Oceano, mas também na forma como ditou o crescimento deste núcleo urbano. Boa parte do edificado do Centro Histórico caracteriza-se pelo seu formato em cascata, com as casas encavalitadas umas nas outras para melhor ver o seu rio.

Pode passar-se uma vida a descobrir miradouros para encontrar perspectivas desconhecidas da “cidade cascata”, como também lhe costumam chamar, precipitando-se no rio, enaltecendo complementares belezas que compõem esta margem classificada. Aproveitando o inesgotável achamento de novos encantos que um Sítio como o Centro Histórico do Porto, com a sua ligação privilegiada com a água, poderá proporcionar, impulsionando novas descobertas, novos reaproveitamentos, novos recursos e atractivos para a valorização e consequente protecção e salvaguarda deste Bem.

### **Como?**

Este eixo estratégico deve recuperar esta ligação fulcral da cidade com o rio Douro, estimulando e propondo acções que valorizem a paisagem, sua interpretação e o vínculo desde sempre existente entre as duas margens.

Promover uma ligação entre as duas partes, separadas pelo emblemático rio Douro mas unidas pela Ponte D. Luís I, elemento integrador da classificação e simbólico para uma colaboração efectiva e afectiva entre os dois centros classificados.





Imagem 23 - Morro da Sé © Alexandre Soares

Como prioritário e âncora deste eixo propomos a valorização e preservação desta especial união e composição do Sítio, promovendo-se actividades que estimulem e que cumpram uma verdadeira celebração desta especial classificação, unindo e acolhendo acções de comunicação entre as duas partes.



Apresenta-se, de seguida, um quadro resumo do Plano de Acção definido no Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial.

| EIXOS ESTRATÉGICOS | OBJECTIVOS ESPECÍFICOS                               | PROGRAMAS                                 | PROJECTOS                                    |
|--------------------|--|---|--|
| I – PATRIMÓNIO     | 1. Preservar, Conservar, Restaurar                   | A) Protecção e Salvaguarda Patrimonial    | 1. Coerência e Eficácia Mecanismos Protecção |
|                    |  |   | 2. Unidade de Gestão Área Urbana             |
|                    |  |   | 3. Comissão Apreciação Conjunta              |
|                    |  | B) Reabilitação do Património             | 4. Ribeira/Barredo (19 Q.)                   |
|                    |  |   | 5. Sé (11 Q.)                                |
|                    |  |   | 6. Santa Clara (5 Q.)                        |
|                    |  |   | 7. São Bento (8 Q.)                          |
|                    |  |   | 8. Av. Ponte (2 Q.)                          |
|                    |  |   | 9. Mouzinho/Flores (11 Q.)                   |
|                    |  |   | 10. Clérigos (9 Q.)                          |
|                    |  |   | 11. Vitória (9 Q.)                           |
|                    |  |   | 12. Taipas (3 Q.)                            |
|                    |  |   | 13. São Francisco (6 Q.)                     |
|                    |  |   | 14. Requalificação Património Singular       |
|                    |  |   | 15. Estímulos ao investimento privado        |
|                    |  |   | 16. Incentivos Fiscais                       |
|                    | 2. Manter, Valorizar e Requalificar o Espaço Público | A) Ambiente Urbano                        | 17. Intervenções Físicas                     |
|                    |  |   | 18. Intervenções Ambientais                  |
|                    |  | B) Requalificação e Gestão da Via Pública | 19. Requalificação Ruas e Praças             |
|                    |  |   | 20. Gestão da Via Pública                    |
|                    |  | C) Valorização Jardins e Espaços Verdes   | 21. Valorização Jardins e Espaços Públicos   |
|                    |  |   |  |
|                    | 3. Melhorar a Mobilidade, Conforto e Segurança       | A) Fluidez e Controlo de Tráfego          | 22. Plano de Mobilidade                      |
|                    |  |   |  |
|                    |  | B) Estacionamento                         | 23. Criação Novos Parques Estacionamento     |
|                    |  |   |  |
|                    |  | C) Segurança e Conforto                   | 24. Plano de Segurança                       |
|                    |  |   | 25. Prevenção e Protecção contra incêndios   |
|                    |  |   | 26. Escadas Mecânicas                        |



|                 |   |  |   |
|-----------------|---|--|---|
| II – COMUNIDADE | 4. Sensibilizar e Educar para a Importância do Centro Histórico do Porto Património Mundial | A) Formação  | 27. Concurso de Ideias e Actividades                                  |
|                 |   | B) Sensibilização, Informação e Comunicação                          | 28. Plano Comunicação e Envolvimento                                  |
|                 |   |  | 29. Plataformas de Participação                                       |
|                 | 5. Desenvolvimento Social   | A) Desenvolvimento e Coesão Social                                   | 30. Desenvolvimento e Coesão Social                                   |
| III – TURISMO   | 7. Valorizar Recursos Paisagísticos e Patrimoniais  | A) Valorização Patrimonial   | 31. Criação e Divulgação Selo PPM                                     |
|                 |   |  | 32. Recriação Momentos Históricos                                     |
|                 |   |  | 33. Dinamização Novos Percursos Temáticos                             |
|                 |   | B) Valorização Paisagem  | 34. Revitalização Festas Tradicionais                                 |
|                 |   |  | 35. Requalificação Miradouros   |
|                 |   |  | 36. Percurso Muralha Fernandina e Sta Clara                           |
|                 | 8. Melhorar a Promoção e Acolhimento  | A) Promoção e Acolhimento  | 37. TIC   |
|                 |   |  | 38. <i>Welcome Centre</i>   |
|                 |   |  | 39. Agentes “I can help”  |
|                 |   |  | 40. Qualificação Restauração  |
|                 |   |  | 41. Qualificação Circuitos Turísticos                                 |
|                 |   |  | 42. Sinalética de Orientação e Interpretação                          |
|                 | 9. Incentivar Criação Novos Atractivos  | A) Revitalização dos Existentes e Criação de Novos Esp. Museológicos | 43. Revitaliz. dos Existentes e Criação de Novos Espaços Museológicos |
|                 |   | B) Criação Infra-Estruturas e Serviços Turísticos                    | 44. Revitaliz. Mercado Ferreira Borges                                |
|                 |   |  | 45. Reforço Oferta Hoteleira  |

|                           |  |   |  |
|---------------------------|--|---|--|
| IV – INDÚSTRIAS CRIATIVAS | 10. Dinamização Empresarial                      | A) Rede de Infra-Estruturas e Serviços de Suporte | 46. Regeneração Criativa do CHP                |
|                           | 10. Conhecimento, Tecnologia e Competências      | A) Educação Criativa                              | 47. Educação Criativa Básico e Secundário      |
|                           |  |   | 48. Palácio Artes Fábrica Talentos             |
| V – RIO DOURO             | 11. Infra-Estruturas de Valorização e Mobilidade | a) Valorização e Mobilidade                       | 49. Modelo de Mobilidade entre as Duas Margens |
|                           |  |   | 50. Ancoradouro na Ribeira                     |
|                           |  |   | 51. Tabuleiro Inferior D. Luís I               |
|                           |  |   | 52. Navete Rio/Mar Terminal Cruzeiros          |
|                           |  |   | 53. Barcos do Douro                            |
|                           |  |   | 54. Percursos à Cota da Água                   |
|                           |  |   | Total: 54 Projectos                            |





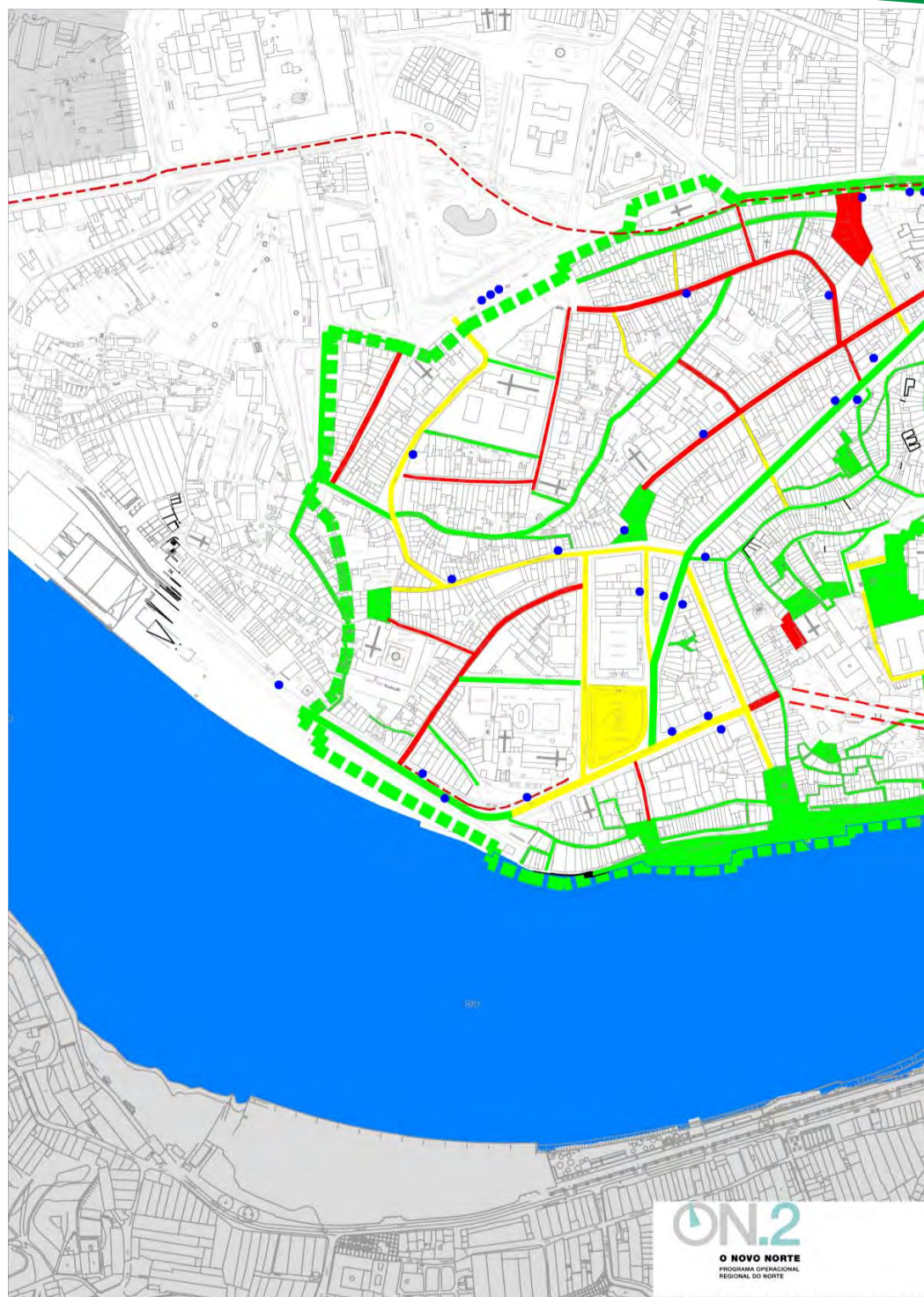


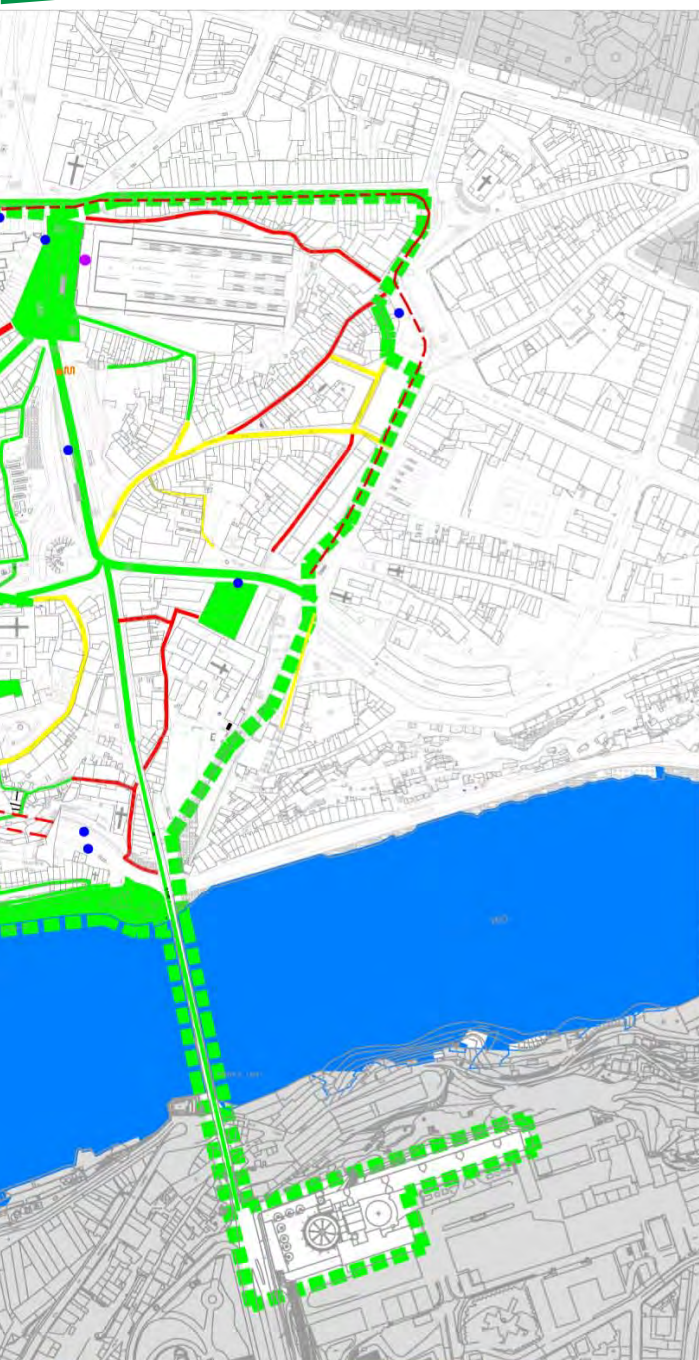
Imagem 24 - Ponte Dom Luiz | © João Ferrand



Imagem 25 - Vista sobre o Rio Douro







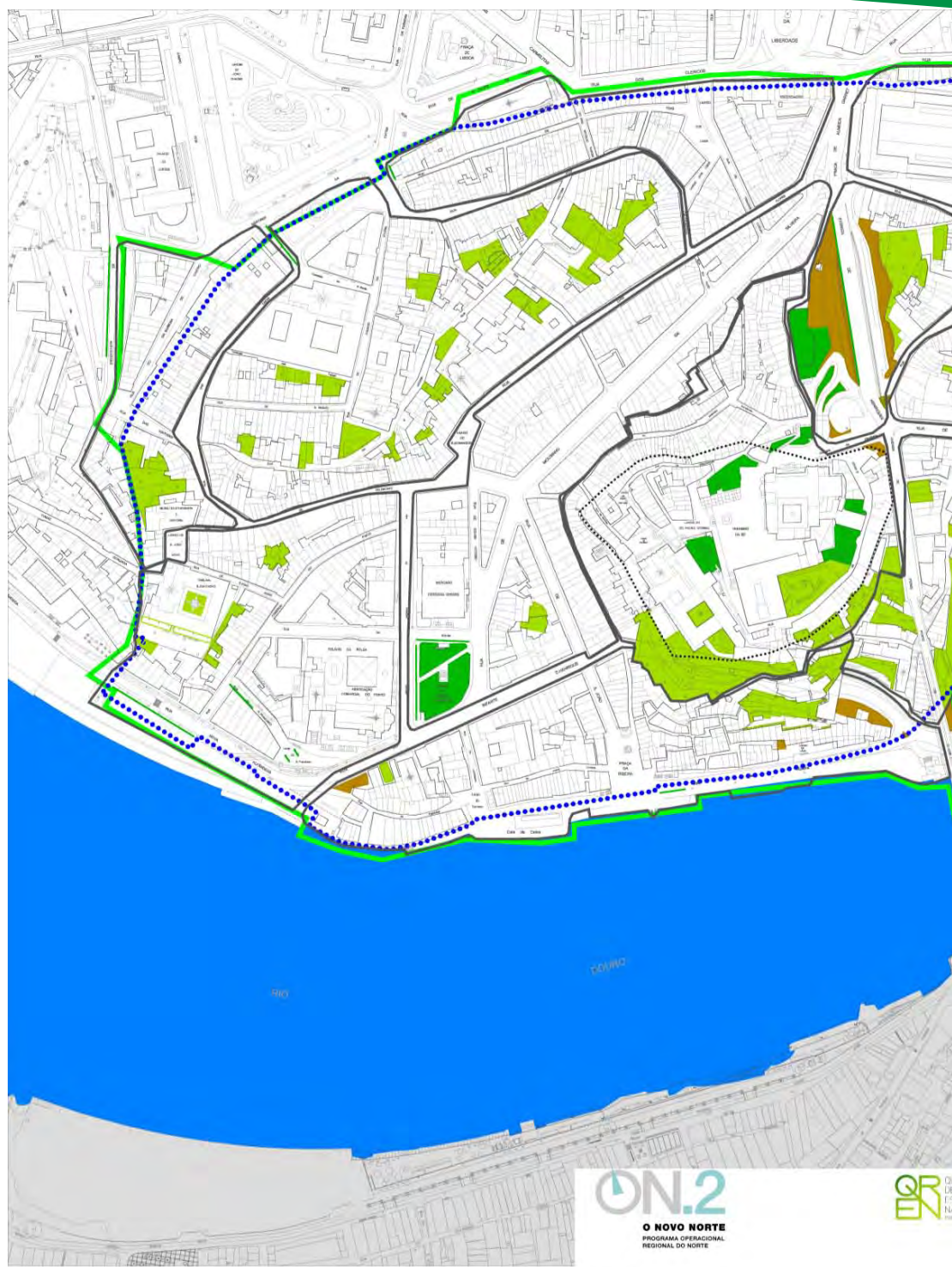
#### ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VIAS

escala 0 10 40

outubro 2008











VERDE DE PROTECÇÃO

VERDE RESIDUAL

VERDE ENQUADRAMENTO

VERDE SEPARADOR

VERDE PRIVADO

VERDE LINEAR

LIMITE DAS 10 OPERAÇÕES

LIMITE DA ÁREA INCLUIDA NA LISTA DA UNESCO

MURALHA PRIMITIVA

MURALHA FERNANDINA

### CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES

Outubro 2008



## MONITORIZAÇÃO

A gestão de um Sítio Património Mundial compreende a articulação de três fases distintas: **planeamento, acção e revisão**.

O ponto de partida é compreender o ambiente onde se está a trabalhar (**contexto**) e, em seguida, estabelecer metas associadas aos eixos estratégicos identificados (**planeamento**), os recursos humanos, técnicos e financeiros envolvidos (**inputs**) que suportam as acções de acordo com normas e práticas operacionais (**processos**). Os actos de gestão produzem produtos e serviços (**outputs**) para prossecução dos objectivos (**resultados**).

A **monitorização** é um elemento essencial da gestão e integra-se na fase de **revisão**, devendo ser concebida não como uma imposição externa, mas como uma série de **relatórios periódicos** produzidos a nível local, respeitantes à gestão de cada uma das acções do Plano de Gestão e à planificação das acções de conservação.

Pretende-se que a monitorização não seja uma mera recolha de dados descritivos, relacionados com a estrutura física, mas que seja baseada num **Manual de Monitorização**, um instrumento orientador da forma e meios de acompanhamento e avaliação do estado do Sítio, baseado numa lógica tripartida mais complexa, que relaciona o **valor** do Bem classificado, o **ambiente** em que se

insere e a **relação** entre os dois.

Implica, assim, a utilização de indicadores-chave e de um calendário. Por exemplo, implica decidir se se trata de uma avaliação contínua, periódica ou *ad hoc*.

Os indicadores são, assim, uma parte essencial do processo de monitorização e revisão, embora isoladamente não sejam suficientes para produzir um quadro exacto do estado de conservação ou de gestão do Sítio Património Mundial.

Os indicadores devem ser seleccionados em função da realidade específica do Centro Histórico do Porto e deverão ajudar a avaliar o impacto dos projectos de modificação e intervenção em curso.

A proposta de indicadores abaixo apresentada decorre das acções incluídas no Plano de Gestão e deverá ser ajustada aos programas de acção anuais de 2009-2014 e servirá de base ao processo de monitorização por parte da equipa de Gestão da Área Urbana e entidades externas.

Para a implementação da referida monitorização será também criado um Sistema de Informação Georeferenciado Integrado de modo a contribuir e apoiar de uma forma mais transversal e sustentada a gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial.

Este projecto integra o desenvolvimento de uma ou mais aplicações (sites) para gestão, planeamento, monitorização e apoio à decisão e consiste na

disponibilização de informação via intranet ou internet, para consulta, edição e actualização de informação geográfica e alfanumérica, tudo via *online*, com a capacidade de integração com os serviços também *online* já existentes, que servirá as necessidades internas do Município de Porto e da Porto Vivo, SRU e as dos municípios na consulta, impressão e exploração de informação geográfica.

A extensão dos serviços já implementados no GeoPorto (intranet) permitirá uma maior transversalidade municipal, comodidade e poupança de tempo para as organizações, evitando réplicas de informação, actualização de informação de base, tempo de espera na monitorização e avaliação do Património Mundial e seu planeamento.

A nível aplicacional, estas funcionalidades assentam numa ferramenta de *backoffice* (MuniSIG Web) que já possui o SIG da Câmara Municipal do Porto, o que permite uma autonomia bastante grande para a gestão, actualização e disponibilização de toda a informação.

Pretende-se que todo o procedimento de planeamento e gestão seja eficaz e isso pressupõe que durante todo o processo exista uma responsabilidade executiva capaz de fazer transpor para o terreno o desenrolar das acções.

A disponibilidade da base de dados facilitará essa monitorização, permitindo uma consulta directa sobre o estado de evolução dos projectos, actividades e outras iniciativas relevantes para a valorização e preservação do Bem patrimonial em causa.

Serão estudados meios de divulgação e disponibilização dessa informação, nomeadamente nos sites do IGESPAR e da UNESCO.

A monitorização do Centro Histórico do Porto Património Mundial passa também pela utilização do SIM-Porto, que está concebido e organizado de forma a responder com objectividade na apreciação “caso a caso” das condicionantes de transformação dos edifícios, constituindo uma ferramenta fundamental para a gestão das operações urbanísticas dentro do perímetro classificado.

Repousando sobre estas ferramentas de apoio, o Plano de Gestão elaborado pode libertar-se do carácter regulamentar, assumindo, sobretudo, uma vertente pró-activa de indução das acções que só poderão ser materializadas com o concurso e esforço de um conjunto de entidades públicas e iniciativas privadas.





Imagem 26 - Torre dos Clérigos © Alexandre Soares

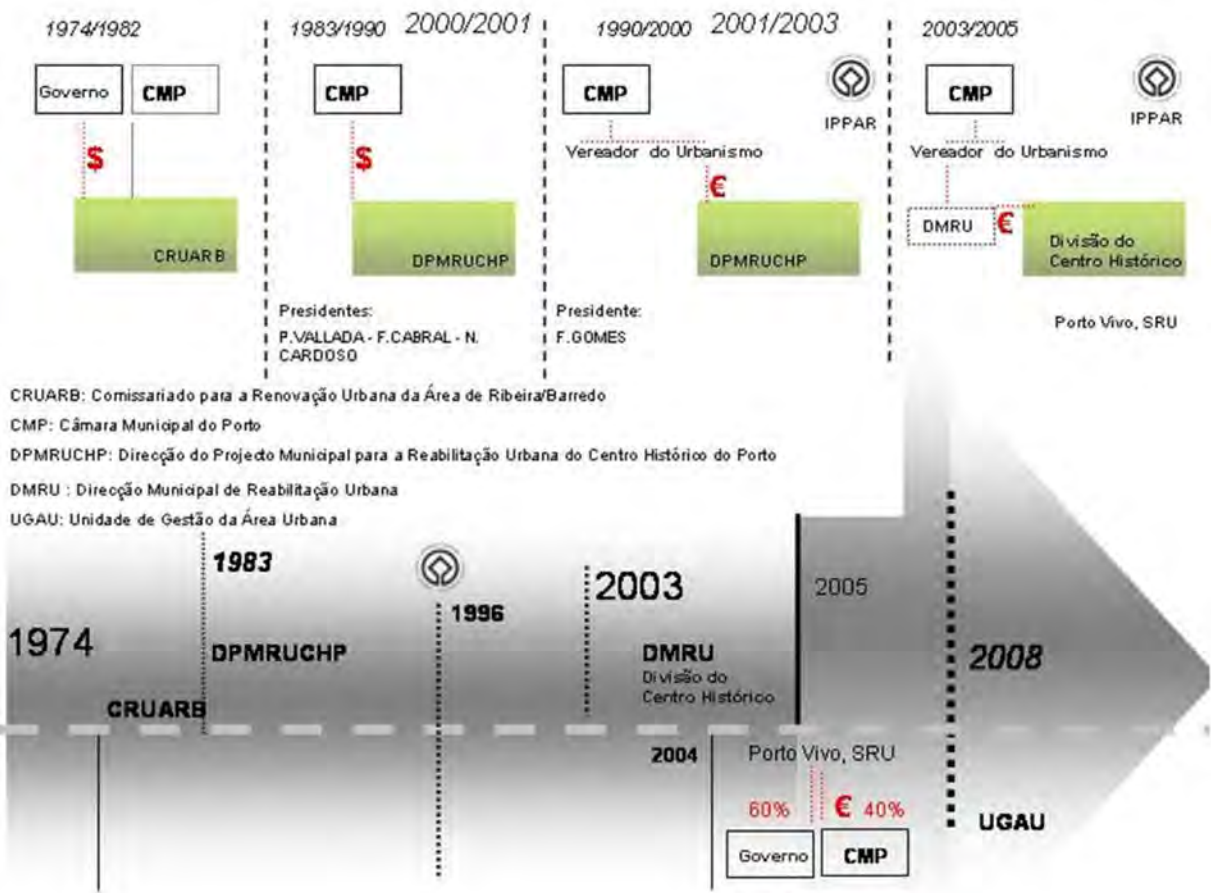
INDICADORES

| EIXOS ESTRATÉGICOS                                     | INDICADORES   |
|--|---|
| Eixo I: Protecção, Preservação, Restauro e Valorização | Número de edifícios reabilitados                                      |
|  | Estado de conservação do edificado                                    |
|  | Área de parques e jardins   |
|  | % da área coberta por mecanismos de protecção                         |
|  | Número de planos elaborados   |
|  | Número de edifícios em risco  |
|  | Qualidade da limpeza urbana   |
|  | Volume de tráfego automóvel   |
|  | Número de viagens em transporte público                               |
|  | Número de lugares de estacionamento                                   |
| Eixo II: Envolvimento da População                     | Número de residentes  |
|  | Número de estudantes envolvidos em acções de sensibilização           |
|  | Número de moradores envolvidos em acções de sensibilização            |
|  | Número de acções de promoção realizadas                               |
|  | Número de notícias publicadas   |
|  | Número de participantes em projectos de luta contra a exclusão social |
|  | Número de selos PPM atribuídos  |
| Eixo III: Turismo                                      | Número de Turistas  |
|  | Taxa média de permanência   |
|  | Número de camas   |
|  | Grau de satisfação dos turistas                                       |
|  | Gasto médio por turista   |
| Eixo IV: Indústrias Criativas                          | Volume de investimento em negócios e projectos criativos              |
|  | Número de empresas instaladas   |
| Eixo V: Rio Douro                                      | Número de novos serviços criados                                      |

# GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO

## Porquê?

A reabilitação urbana no Centro Histórico do Porto é um processo contínuo que conta com 34 anos de experiência, cobrindo um grande número de intervenções pluridisciplinares e integrando diversas valências como o urbanismo, a arquitectura, o desenvolvimento social, a arqueologia e a história.





Porém, as realizações conseguidas no plano físico, e até nos planos social e económico, não foram sempre acompanhadas por um reforço da capacidade de gestão deste recurso sensível e complexo, e que exige uma atenção permanente de modo a garantir a preservação da sua excelência patrimonial.

Importa por isso reflectir, agora, sobre os sistemas que devem ser implementados para conseguir gerir o Centro Histórico do Porto com elevados padrões de qualidade do espaço e de qualidade de vida para os moradores e para os visitantes.

Compete assim a este Plano, no âmbito daquela reflexão, propor um Modelo de Gestão da área Património Mundial que contribua para a qualidade e atractividade do Sítio e da cidade, criando condições de excelência para a localização de novas actividades, reforço da função residencial e para o alargamento da programação cultural, promovendo e valorizando a marca “Porto Património Mundial”.

Ou seja, que garanta a manutenção e preservação do excepcional valor patrimonial do Centro Histórico do Porto o que, para além do aprofundamento do processo de reabilitação em curso, significa a redução dos factores que afectam negativamente a qualidade desta área da cidade: a insuficiente limpeza urbana, a limitada mobilidade, a poluição sonora, o vandalismo, a exclusão social (com destaque para a pobreza, alcoolismo e toxicodependência), a má conservação do mobiliário urbano e dos pavimentos e os excessos

do lazer nocturno.

Não são problemas que se resolvam apenas com o reforço de recursos humanos, financeiros ou técnicos.

O que a situação exige é uma nova atitude face à gestão da cidade, ou seja, uma nova aposta nos recursos organizacionais.

### **Para quê?**

Este Plano e o modelo de gestão que lhe está associado pretendem constituir-se como um referencial comum, capaz de mobilizar os agentes activos, na órbita da administração pública (central e municipal), na órbita empresarial e na órbita dos proprietários e moradores.

A estrutura que suportará o modelo de gestão aqui sugerido deverá, antes de mais, ser capaz de equacionar em permanência o contexto das estruturas existentes com incidência sobre o Centro Histórico e a disponibilidade local para a mudança, ao mesmo tempo que monitoriza o estado físico e socioeconómico do Centro Histórico e as dinâmicas positivas e negativas instaladas, para avaliar a sua constituição como pólo de excelência urbana.

Deverá, ainda, ser capaz de manter um debate, criativo e participado, de modo a colher as ideias mais positivas e capazes de serem transformadas em projectos mobilizadores, dentro do quadro estratégico de eixos, objectivos e programas enunciados neste Plano de Gestão.

A montagem de uma operação de gestão terá de assentar numa plataforma de pensamento estratégico sobre o sítio e seu enquadramento, na óptica da optimização dos recursos endógenos e da mobilização de iniciativa externa, procurando soluções sustentáveis para cada projecto.

A elaboração deste Plano de Gestão como documento de estratégia, deve, assim, ser entendida não como objectivo final, mas como um ponto de partida para novas transformações, acompanhadas e dirigidas pela estrutura agora criada.

Mas não deverá esta intervenção ficar-se por uma dimensão estratégica.

Aspectos operacionais, mas extremamente relevantes como a qualificação do espaço público, a recuperação do edificado, a re-habitação e a dinamização comercial dos edifícios e conjuntos desactivados, a oferta de elevados padrões de segurança e conforto, a programação cultural regular, a manutenção do funcionamento exemplar das infra-estruturas, o cuidado estético no ambiente urbano, a valorização dos bens patrimoniais, a divulgação e promoção são apenas algumas das áreas de intervenção a considerar.

### **Que estrutura?**

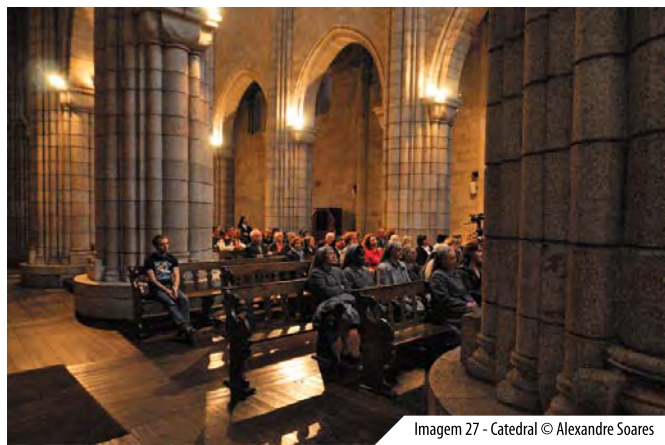
Com a conclusão deste Plano, documento base da estratégia, importa saber como montar a operação de Gestão desta Área Urbana.

Ou seja, importará desenhar um processo de gestão e uma estrutura capaz de implementar o plano e o programa de acção e identificar o seu modo de actuação.

A estrutura a definir deverá ser capaz de agilizar, articular e promover a comunicação entre os diversos serviços e agentes que intervêm neste território.

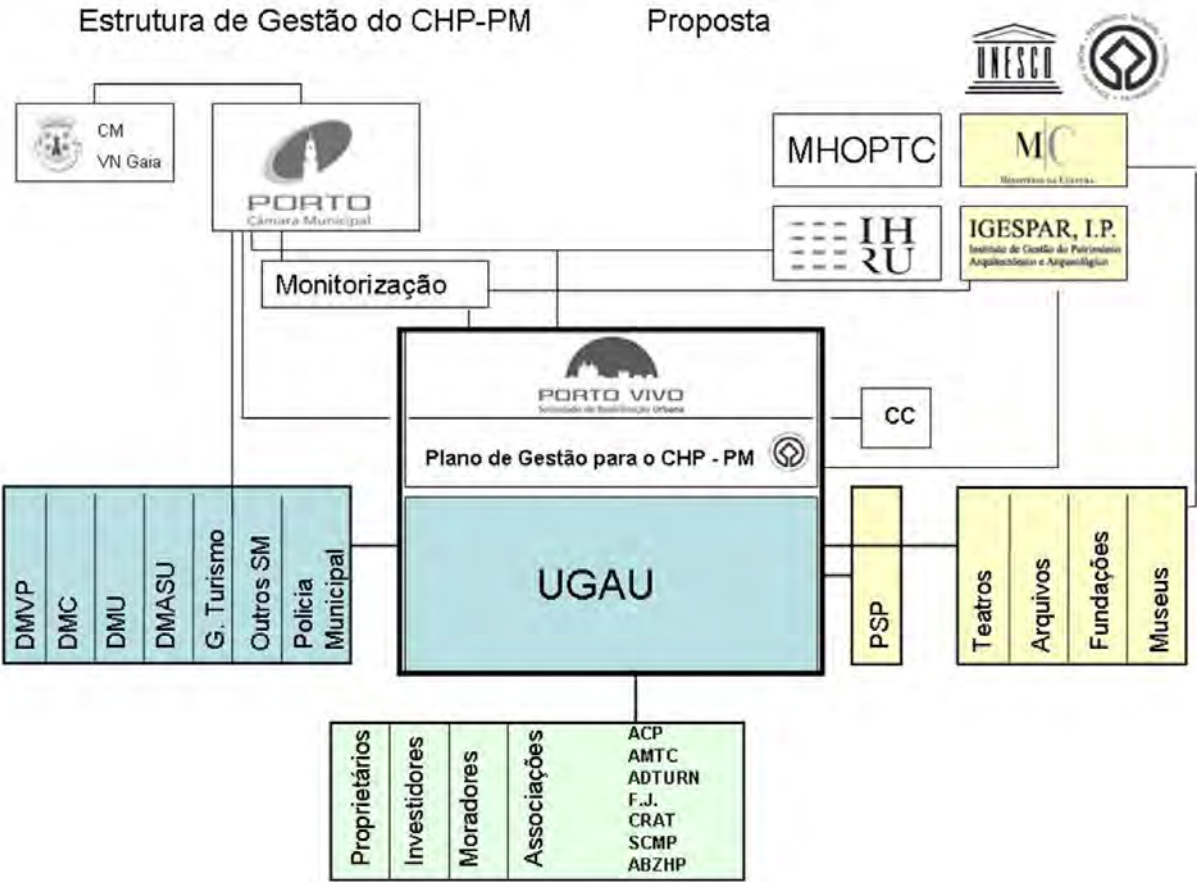
Comparando os sistemas “clássicos” ou “convencionais” em árvore - baseados em hierarquias que se desdobram em serviços cada vez mais afastados do tronco comum - com sistemas em rede, onde cada nó pode ter relação com qualquer outro sem passar todo o percurso ascendente e descendente através do tronco comum, podemos concluir que vale a pena mudar de paradigma e basear nesta abordagem a necessária articulação sobre o território.

Face à complexidade do problema urbano e patrimonial que a nova Gestão da Área Urbana tem de gerir no Centro Histórico do Porto a



proposta de estrutura que apresentamos assenta, esquematicamente, nos seguintes requisitos:

- 1. Funciona dentro da Porto Vivo, SRU por protocolo Câmara Municipal do Porto / Porto Vivo, SRU;
- 2. Reúne os poderes investidos directamente pelo Presidente da CMP;
- 3. Tem como território de aplicação o Centro Histórico do Porto Património Mundial;
- 4. Está instalada dentro da área de intervenção;
- 5. Tem uma equipa própria de reduzida dimensão;
- 6. Recorre directamente aos meios técnicos e humanos dos serviços municipais com intervenção no território do CHP.





## Que princípios de gestão?

A Gestão da Área Urbana deverá orientar a sua acção por dez princípios de gestão:

### 1. Lógica territorial

Esta operação parte da necessidade de articular os diversos serviços públicos, mas também as empresas e os cidadãos, mantendo-os mobilizados e comprometidos com o objectivo estratégico, ou seja com a transformação do Centro Histórico do Porto numa área de excelência patrimonial e humana.

Isto implica a mobilização para o mesmo objectivo dos serviços, como os do ambiente, da via pública, da polícia, da iluminação, da animação, sem perda das suas especializações, mas com o ganho de uma intervenção concertada e convergente.

A unidade de gestão deverá ser, portanto, e somente, uma plataforma de encontro e articulação, com competências e poderes para coordenar os sectores intervenientes, sabendo transmitir-lhes a dinâmica que integra a estratégia definida.

Pretende-se, sobretudo, otimizar a actuação dos diversos serviços privilegiando a **óptica territorial** sobre a óptica sectorial, ou seja, assumir, uma discriminação positiva do território do Centro Histórico do Porto Património Mundial.

A lógica territorial da gestão urbana implica a concentração de esforços e meios numa área confinada de modo a produzir transformações visíveis, com carácter exemplar, e capazes de exercer repercussão sobre o restante território urbano.

Caberá informar e esclarecer que, com essa discriminação positiva de uma parte da cidade, melhor dotada à partida, se pretende mobilizar o todo, assumindo, aqui, que o Centro Histórico pode funcionar como “locomotiva” da Baixa e da cidade.

### 2. Eficácia

Ao assumir a oferta deste produto urbano, a cidade compromete-se a manter o nível de qualidade exigido e prometido. Quer isto dizer que deverão ser criadas as condições para prevenir que a passagem do tempo provoque erosão ao propósito de dotar a cidade deste reduto de qualidade, o que implica a existência de uma unidade de gestão, com clara delimitação da sua intervenção e uma rigorosa planificação das suas acções. Mas não basta ter como base um órgão de gestão alargado. Importa assegurar a eficácia da sua intervenção, crucial para conseguir realizar o programa proposto.

Para tal, é fundamental que a gestão se oriente por modelos de avaliação baseados na obtenção de resultados concretos e observáveis, garantindo elevados índices de iniciativa, dinâmica e persistência.

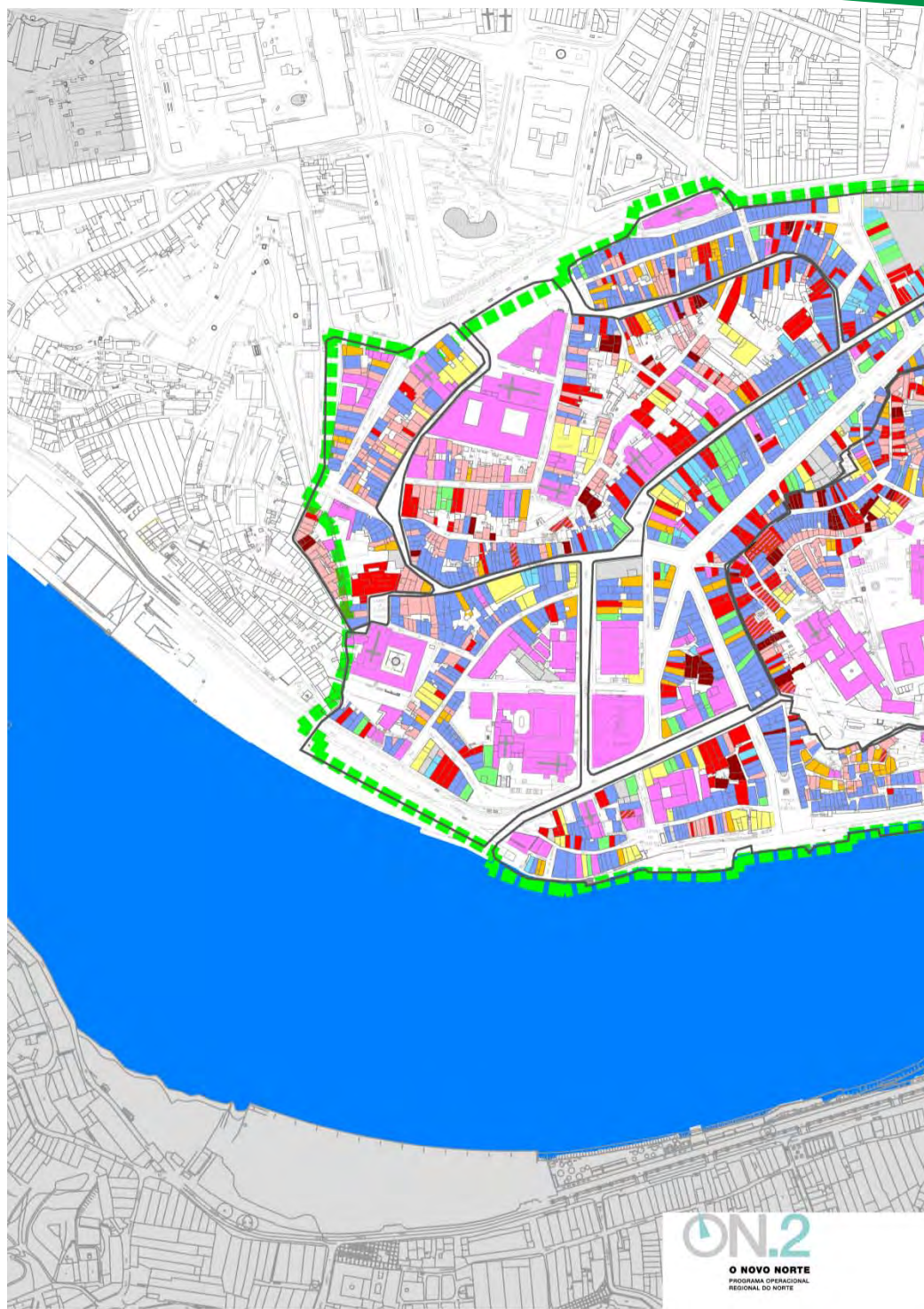
### 3. Liderança

Será desejável que a unidade de gestão esteja dotada de capacidade de direcção e gestão, mas também de criatividade e imaginação, e investida do poder necessário e suficiente para levar a cabo a realização das acções aprovadas.

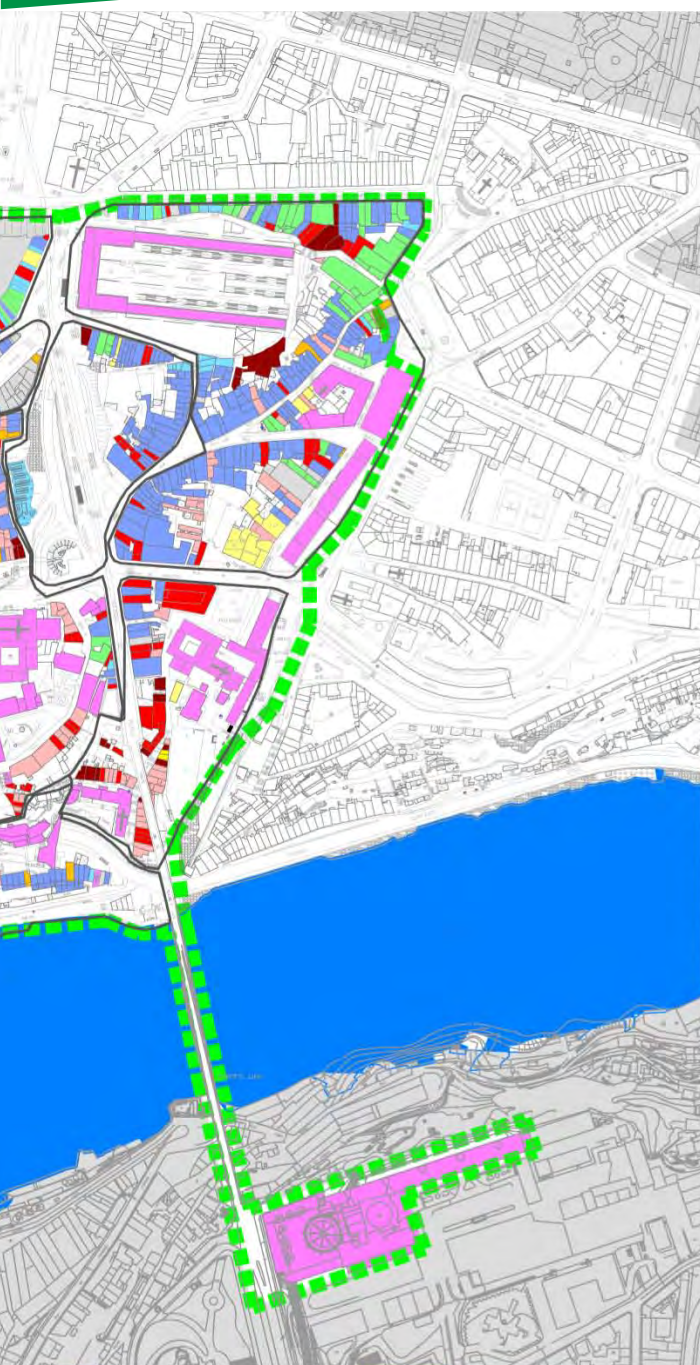
Não é possível articular dezenas de serviços numa operação conjunta sem a mobilização activa dos seus agentes aos diversos níveis. A formação, a discussão de objectivos, a definição de estratégias, a repartição de meios e competências são essenciais para assegurar o cumprimento dos objectivos finais.

A mobilização dentro de cada serviço terá de envolver toda a cadeia de comando para assegurar que a orientação traçada chega à base sem desvios. Para melhor eficácia deve ser, tanto quanto possível, encurtada essa mesma cadeia de comando procurando aproximar os decisores do terreno, de modo a perceberem melhor as condições de cada operação e poderem reagir com rapidez às intervenções que se colocarão.

Neste domínio, é essencial uma eficaz cadeia de comando. É preferível ter pequenas intervenções integradas do que grandes organizações sectoriais desarticuladas com comandos dispersos por várias cadeias hierárquicas. É crucial evitar a proliferação de centros de decisão. Só assim se pode esperar suficiente mobilização de todos os agentes e responsabilização dos decisores.







escala 0 10 40

outubro 2008



#### OCUPAÇÃO FUNCIONAL

#### 4. Mudança

A Unidade de Gestão não pode consistir em mais uma equipa para realizar rotinas. Pelo contrário, o que faz falta é ser capaz de romper e contrariar práticas, de modo a colocar o território a que se dedica numa condição de excepção.

Com vista à prossecução do objectivo de construir uma cidade de qualidade, a Gestão da Área Urbana deve enfrentar resistências enraizadas na força de muitos maus hábitos que se instalaram sem ser contrariados e que por isso hoje são assumidos e tolerados, não só pelos habitantes como pelos próprios agentes da administração. A mudança de atitude passará por uma mudança de mentalidades.

#### 5. Meios específicos

Um modelo de gestão com esta especificidade implica a dotação de recursos próprios e específicos, mas também a boa articulação dos recursos dispersos pelos diversos serviços e entidades que operam no Centro Histórico do Porto. Mas não basta recuperar edifícios ou infra-estruturas. É preciso que eles se mantenham em bom estado de conservação, de forma continuada, reagindo-se com prontidão a qualquer ameaça de perda ou de dano. Para isso são necessários meios de intervenção rápidos e eficazes.

#### 6. Espaço público

O espaço público e a imagem pública do Centro Histórico têm sido olhados como subprodutos do espaço urbano, da habitação, do comércio, dos serviços. Com este novo modelo de gestão, deverá passar a ser olhado de outra forma integrando, com a mesma dignidade do construído, um espaço de vida quotidiano atractivo e de qualidade.

A nova atitude face à cidade histórica deverá passar por:

- Vigilância constante;
- Mobilização e articulação das instituições e serviços;
- Educação da população local;
- Repressão das actividades e práticas lesivas do interesse público.

## 7. Educação

A vertente mais significativa da intervenção de carácter preventivo deve ser feita ao nível educacional, procurando atingir o maior leque possível de escalões etários.

É importante a educação, na escola, mas é importante também a acção que os alunos vão ter em casa sobre os adultos, menos permeáveis à mudança de atitude, em muitos aspectos.

No sentido extenso dos comportamentos de cidadania, a educação para a preservação e salvaguarda patrimonial é uma ferramenta decisiva para o sucesso deste Plano e da Unidade de Gestão.

Cidadãos mais informados são cidadãos mais conscientes da importância do Património e capazes de preservá-lo e valorizá-lo.





### 8. Determinação

O recurso a intervenções determinadas, oportunas e permanentemente presentes é um dos pilares essenciais para a eficácia do presente Plano de Gestão.

Para além de medidas de sensibilização e de natureza pedagógica, serão necessárias medidas repressivas que afastem práticas nefastas e permitam dissuadir as actividades provocadoras de sentimentos de insegurança e de desconforto.

Também a actividade repressiva deve ser concentrada e articulada com as demais, de modo que os objectivos estratégicos de qualidade sejam efectivamente vistos por todos como integradores de uma política de cidade que visa a o Centro Histórico enquanto sítio e enquanto vida urbana.

### 9. Proximidade e participação

O grande desafio que se coloca hoje ao Centro Histórico do Porto é captar o interesse da sociedade para a reabilitação urbana, ultrapassando a fase em que foi a administração pública, de forma isolada, a fazer esse trabalho. Sem a participação forte da iniciativa privada, seja dos actuais proprietários e comerciantes, seja de potenciais investidores, teríamos necessariamente de esperar décadas para ver cumprido um primeiro ciclo de recuperação em todas as operações do Centro Histórico.

As organizações de base local devem assumir um papel de grande intervenção junto dos moradores, ouvindo as suas necessidades e propostas e inculcando comportamentos sociais progressivos face ao meio urbano e patrimonial envolvente.



Incluímos neste grupo, para além das Juntas de Freguesia, as associações e grupos de que enquadram a vida social como os clubes desportivos e recreativos, as instituições de solidariedade social, as associações culturais.

Estas instituições têm um importante papel mobilizador e pedagógico que deve ser orientado para um comportamento das populações face à cidade, capaz de contribuir positivamente para a elevação da qualidade de vida de todos.

#### 10. Comunicação

O sucesso do Plano de Gestão e do seu processo de implementação passa pela capacidade de garantir eficácia do seu plano de comunicação responsável pela promoção do Centro Histórico do Porto como marca de prestígio e distinção, ostentando com orgulho o símbolo do Património Mundial.

#### **Que estratégia de implementação?**

Os componentes chave da estratégia de implementação são:

- A revisão do Plano de Gestão em cada seis anos;
- O Plano de Acção que traduz os princípios e programas do Plano de Gestão em medidas práticas;
- Coordenação da implementação dos projectos e iniciativas;
- Revisão anual do Plano de Acção;
- Monitorização periódica.

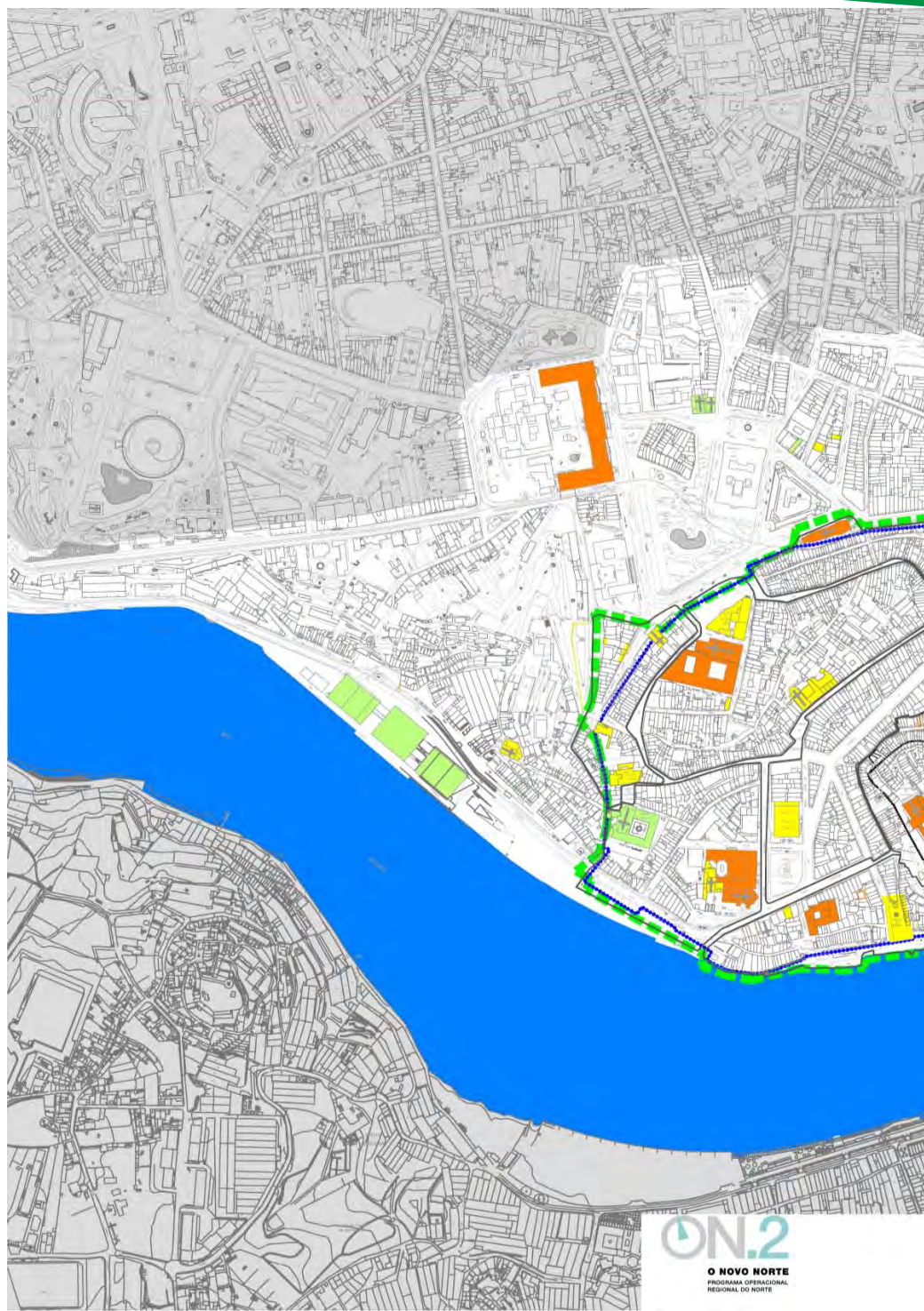
#### **Que Recursos?**

A maioria das acções e projectos previstos no Plano de Gestão não dependem da disponibilidade de recursos.

A sua função é a de se constituir como fonte inspiradora e referencial que oriente a acção dos diferentes agentes intervenientes no território.

Algumas das propostas requerem uma nova forma de trabalhar em parceria e a definição de novas prioridades, numa lógica de descriminação positiva do Centro Histórico do Porto.

Para além do orçamento da Porto Vivo, SRU e da Câmara Municipal do Porto, os principais recursos a aportar ao Plano provêm de fundos comunitários e de investimento privado.







PATRIMÓNIO CLASSIFICADO - MONUMENTO NACIONAL



PATRIMÓNIO CLASSIFICADO - IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO



PATRIMÓNIO EM VIA DE CLASSIFICAÇÃO



MURALHA PRIMITIVA



MURALHA FERNANDINA



LIMITE DA ÁREA INCLUIDA NA LISTA DA UNESCO



LIMITE DA ÁREA DE PROTECÇÃO AO PATRIMÓNIO MUNDIAL



LIMITE DAS OPERAÇÕES



EDIFÍCIOS DE VALOR PATRIMONIAL OU MUSEOLÓGICOS

outubro 2008



escala 0 20 40